DM Sudoeste

TERÇA E QUARTA-FEIRA ◆ 30 DE ABRIL E 1 DE MAIO DE 2024 ANO: 02 ◆ Nº 0.0611 ◆ 22H30 ◆ PREÇO: R$ 2,50 ◆ EDITOR: ALEX PEREIRA

BOLSONARO PODE ESCOLHER CAIADO PARA PRESIDENTE



A Imprensa nacional sugere que Jair Bolsonaro poderá apoiar o governador Ronaldo Caiado para disputar presidência da República. "E se eu não voltar um dia, fiquem tranquilos. Plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos que descobriram também a capacidade para levar adiante esse grande país chamado Brasil. Mesmo as sementes mais velhas, com um pouco de água, têm condições de germinar pelo nosso país", afirmou Bolsonaro, se referindo a Ronaldo Caiado, um dos pioneiros da direita nacional ***Página 5***

HOSPITAL ESTADUAL DE JATAÍ ABRE PROCESSO SELETIVO COM SALÁRIOS DE ATÉ R$ 3,4 MIL



A Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás – Fundahc, anunciou processo seletivo para o Hospital Estadual de Jataí. Aprovados receberão benefícios como vale-alimentação e planos de saúde e odontológico ***Página 3***

EM SANTA HELENA, HOSPITAL DESTACA SUCESSO NO ATENDIMENTO EM OFTALMOLOGIA



O Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás (HERSO) celebrou o alto desempenho no atendimento para cirurgias de catarata. Meta era realizar 100 atendimentos no primeiro trimestre, mas o resultado foi maior que o projetado, com mais 530 consultas e 160 cirurgias de catarata no período ***Página 2***

CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ APROVA CRIAÇÃO DA SEMANA MUNICIPAL DO PEQUI



A Câmara Municipal de Jataí aprovou projeto do vereador Abimael Silva que cria a Semana Municipal do Pequi, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de outubro. Parlamentar disse que instituição da data ajudará a valorizar, incentivar e apoiar a realização de festivais gastronômicos ***Página 3***

Saúde mental é causa frequente de afastamentos no trabalho



Levantamento do Ministério da Previdência Social mostra que em 2023, o INSS concedeu 288.865 benefícios por incapacidade devido à disfunção da atividade cerebral e comportamental ***Página 4***

Crédito para o produtor rural no BNDS pode chegar a r$ 10 bi em 2024



A nova linha de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social foi criada para ampliar o apoio ao setor agropecuário. Com a iniciativa, o crédito próprio do BNDES para o agro brasileiro pode chegar a R$ 10 bilhões em 2024 ***Página 16***



jornaldmsudoeste

Entre em contato com a redação
(64) 99601-9797 *redacao@dmsudoeste.com.br*

Herso destaca sucesso dos atendimentos em oftalmologia



Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás (HERSO) ultrapassou a meta de atendimentos em oftalmologia — Foto: Reprodução

Após a implantação dos serviços, meta era realizar 100 atendimentos no primeiro trimestre; resultado foi maior que o projetado, com mais 530 consultas e 160 cirurgias de catarata no período

REDAÇÃO

O Hospital Estadual de Santa Helena de Goiás Dr. Albanir Faleiros Machado (HERSO) celebrou o alto desempenho no atendimento para cirurgias de Catarata, onde se destacou mais do que o esperado nesse primeiro trimestre do ano. Conforme o HERSO, foram realizadas mais de 530 consultas, o que demonstra a alta demanda e preocupação da comunidade com a saúde ocular.

No mesmo período foram realizadas mais de 160 cirurgias de catarata, número que representa um marco significativo na promoção à saúde dos olhos, tendo em vista que a implementação dos serviços de oftalmologia teve início no final do mês de janeiro deste ano, onde a meta inicial da administração da unidade era a realização de 100 atendimentos nesse primeiro trimestre.

Seguindo dirigentes do hospital, mais do que o impacto positivo, o sucesso das cirurgias oftalmológicas revela o empenho da unidade hospitalar em oferecer serviços de qualidade para a comunidade.

Por meio de uma parceria com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), a iniciativa de incluir essa modalidade de serviços médicos no Herso aconteceu com o objetivo de proporcionar cuidados acessíveis de qualidade e de forma gratuita para comunidade do sudoeste goiano.

Abril foi o mês de evidenciar a importância de promover saúde e segurança no trabalho



Em 28 de abril, foi celebrado o Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho.

O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador está atua no município há mais de dez anos, com atendimento multidisciplinar nas áreas de segurança do trabalho

REDAÇÃO

A prefeitura de Rio Verde por meio do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Rio Verde - Cerest, durante todo o mês de abril realizou ações de promoção a saúde e segurança no trabalho. Além de proporcionar conscientização, prevenção a acidentes e doenças ocupacionais, as atividades aconteceram com o objetivo de induzir uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores do município.

Conforme a coordenadora do Cerest Rio Verde, Tatyanne Silva Almeida, foi realizada palestras informativas, com ênfase em fornecer conhecimento e recursos para garantir a saúde e o bem-estar dos profissionais em suas atividades diárias. " O que a gente sempre pede aos servidores é que utilizem seus EPI'S, a gente tem um lema que é trabalhar sim, adoecer não".

A Cerest, está atuando no município a mais de dez anos ofertando atendimentos multidisciplinares, qualquer necessidade na área se segurança do trabalho a comunidade pode entrar em contato através do telefone (64) 3620-2010 que também é WhatsApp, ou procurar atendimento pessoalmente no seguinte endereço: Rua 26 n° 805 Vila Rocha.

JATAÍ



Alessandra sugere wi-fi em unidades básicas de saúde

A vereadora Alessandra Oliveira sugeriu à prefeitura a instalação de internet wi-fi nas unidades básicas de saúde de Jataí. "A internet sem fio em centros de saúde pode trazer grandes benefícios, inclusive, atrelados à experiência dos pacientes, afinal, ela permite uma comunicação otimizada entre médicos e pacientes e demais envolvidos, melhorando a qualidade do atendimento e da prestação do serviço", ponderou a parlamentar.

Carlinhos reivindica semáforo no Jardim Rio Claro

O vereador Carlinhos Canzi reivindicou à SMT a instalação de um semáforo na Rua Voluntários da Pátria, esquina com a Rua Antônio Cândido, no Jardim Rio Claro. "É grande o fluxo de veículos naquela via, gerando muitas reclamações de moradores do setor, pois alguns motoristas abusam da alta velocidade, colocando em risco a vida de pedestres e moradores do bairro", disse ele.

Deuzair quer reforma do campo da Vila Sofia

O vereador Deuzair Parente solicitou ao executivo a reforma do campo de futebol da Vila Sofia, com a recuperação do alambrado, construção de vestiários, banheiros feminino e masculino e arquibancadas. "O local necessita urgentemente de reforma e melhorias, já que é utilizado por inúmeras crianças, adolescentes e jovens, em todos os períodos do dia, para a prática de esportes, atividades físicas e recreativas", disse ele.

Durval quer abertura de ruas no Jardim Rio Claro

O vereador Durval Júnior requereu à administração municipal a abertura e a pavimentação da Rua 107-A e da continuação da Avenida Dorival de Carvalho, fazendo a ligação com a Rua Antônio Cândido, no Jardim Rio Claro. Empresários locais anseiam por essas obras há mais de 11 anos.

Hospital Estadual de Jataí abre processo seletivo com salários de até R$ 3,4 mil

Aprovados serão contratados no regime da CLT e receberão benefícios como vale-alimentação no valor de R$ 600 e planos de saúde e odontológico

REDAÇÃO

A Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás – Fundahc, anunciou que estão abertas inscrições para processo seletivo com vagas para o Hospital Estadual de Jataí Dr. Serafim de Carvalho (HEJ). O salário varia de R$ 1.412 a R$ 3.498.

As oportunidades são para os seguintes cargos: analista de comunicação; auxiliar de enfermagem; fonoaudiólogo; assistente de recepção (PCD); terapeuta ocupacional; técnico em segurança do trabalho; enfermeiro assistencial (PCD); técnico de enfermagem (PCD); analista acadêmico; assistente administrativo iii; fisioterapeuta; maqueiro; técnico de enfermagem; auxiliar de enfermagem (PCD); assistente administrativo (PCD); teleatendente (PCD); auxiliar de serviços gerais e assistente de hotelaria hospitalar.

Os aprovados vão ser inseridos no regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), também receberão benefícios como vale-alimentação no valor de R$ 600, plano odontológico, empréstimo consignado em folha e parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc).

Para concorrer a uma das vagas, os interessados devem acessar o site fundahc.org.br, na área "Trabalhe Conosco", onde poderão acessar o edital completo e realizar a inscrição por meio do link disponível.



Hospital Estadual de Jataí abre processo seletivo com salários de até R$ 3,4 mil — Foto: Reprodução.

Rio Verde realiza 38ª edição da Caravana da Cultura

Evento incluiu apresentações artísticas e doação de livros

REDAÇÃO

A Secretaria Municipal de Cultura informa que realizou com sucesso, a 38ª edição da Caravana da Cultura, cujo objetivo foi promover e celebrar a riqueza cultural de Rio Verde.

O evento aconteceu no Colégio Estadual Olinto Pereira de Castro e a programação deste ano abrangeu uma variedade de apresentações e atividades para o público presente.

Em destaque, ao longo do evento, os alunos e servidores da educação puderam acompanhar a apresentação da Orquestra de Violeiros e Sanfoneiros de Rio Verde, os músicos da Banda Filadelfo Jorge da Silva e as apresentações de Catira como forma de resgatar as raízes culturais locais.

Além do mais, a Caravana da Cultura proporcionou momentos de diversão com a animação de um palhaço, sendo que, em seguida, houve contação de histórias.

Segundo a Secretaria Municipal de Cultura, o evento ainda foi oportuno para a doação de 250 livros aos presentes.



Câmara Municipal de Jataí aprova projeto que cria a Semana Municipal do Pequi

Autor da propositura diz que instituição da data ajudará a valorizar, incentivar e apoiar a realização de festivais gastronômicos

REDAÇÃO

A Câmara Municipal de Jataí aprovou projeto do vereador Abimael Silva que cria a Semana Municipal do Pequi, a ser realizada anualmente na terceira semana do mês de outubro

O objetivo da data é valorizar, incentivar e apoiar a realização de festivais gastronômicos, a promoção maciça de vendas em mercados e supermercados, a ampla divulgação do fruto típico da região, dentre outras ações julgadas pertinentes pela organização dos eventos.

"O pequi é um dos frutos mais conhecidos da região Centro-Oeste e, ao longo dos anos, adquiriu uma dimensão que ultrapassou a questão alimentar, transformando-se em aspecto da identidade cultural do homem e da mulher do cerrado. Seu cultivo representa uma resistência cultural, alimentar e ambiental que se faz necessário apoiar. Simboliza a história da cozinha do Brasil, com maior ênfase no nosso Estado de Goiás, por sua origem simples agregada a uma história de contribuições multiculturais associadas ao sabor, aroma e significado particular deste fruto típico", afirmou o autor da matéria.

Recentemente o governo de Goiás sancionou uma lei que cria o Dia Estadual do Pequi. No dia 23 de outubro o fruto típico de Goiás vai passar a receber um dia só para ele.

Segundo a assessoria da Câmara, com a instituição da Semana Municipal do Pequi na terceira semana do mês de outubro no município, ajudará a valorizar, incentivar e apoiar a realização de festivais gastronômicos, a promoção maciça de vendas em mercados e supermercados e a ampla divulgação do fruto típico da região.



A Câmara Municipal de Jataí aprova projeto que cria a Semana Municipal do Pequi — Foto: Reprodução.

Emater já tem mudas de pequi sem espinho disponíveis

Desde setembro do ano passado, a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária, traçou um cronograma de produção de novo lote com 6 mil mudas de pequi, para serem comercializadas com o público geral.

A iniciativa faz parte do programa de pesquisa desenvolvido pela Emater, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – unidade Cerrados (Embrapa Cerrados), que resultou em seis variedades de pequi, sendo três com espinhos e três sem espinhos nos caroços.

As seis cultivares, registradas no Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), são resultado de 25 anos de pesquisa realizada em parceria pelas instituições para atender uma demanda dos produtores rurais. Na primeira etapa as mudas foram comercializadas com viveiristas goianos – para que pudessem estruturar seus jardins clonais – e para agricultores familiares do Estado.

DM Sudoeste
www.dmsudoeste.com.br

DM Sudoeste
O seu jornal diário

Preço das Assinaturas

DM Sudoeste - R$ 49,90 mensal / R$ 598,80 anual
Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias Úteis: R$ 2,50
Domingo: R$ 3,50'

EDITOR-CHEFE
Alex Pereira
Editor Executivo
Paulo Henrique Macedo
Editor de Cidades
Vânio Limiro
Reportagem
Valério Delfino
Renata Costa

DM Sudoeste
www.dmsudoeste.com.br

Departamento comercial / redação

(64) 99601-9797

Diagramação:
Mateus Cardoso e Dener Soares



Acidente na GO-020: homem morre e mulher fica ferida

Inglid Martins

Um homem morreu e uma mulher ficou ferida em um acidente na GO-020, na zona rural de Bela Vista de Goiás, na manhã desta segunda-feira, 29. A mulher ficou presa às ferragens.

De acordo com informações do Corpo de Bombeiros (CBMGO), uma equipe foi enviada para realizar o socorro de um casal que havia sofrido um acidente na rodovia após bater o veículo contra um guard rail e sair da pista.

A morte do motorista foi confirmada ainda no local. A mulher ficou presa nas ferragens e foi necessário utilizar ferramentas para desencarceramento. A vítima foi encaminhada para o Hospital de Urgências de Goiânia (HUGO).

A Polícia Técnico-Científica foi chamada para investigar as circunstâncias do acidente. A Polícia Civil de Goiás investiga o caso.

Comerciante é preso suspeito de drogar e estuprar adolescente

Inglid Martins

Um comerciante foi preso suspeito de obrigar uma adolescente de 16 anos a usar cocaína para depois estuprá-la, no domingo, 28, em Goiânia. A jovem foi encontrada pela Polícia Militar (PMGO), com machucados pelo corpo e em estado de choque.

De acordo com os militares, o homem de 56 anos é dono de uma distribuidora, e segundo relatos da vítima, segurando uma faca, o suspeito a obrigou a consumir cocaína e a estuprou seguidas vezes, nos fundos do estabelecimento.

De acordo com a jovem, ela se aproveitou de um momento de distração e conseguiu enviar um pedido de socorro. O comerciante, que já tem passagens por violência doméstica, foi preso e com ele polícia encontrou uma faca que pode ter sido usada no crime e algumas porções de entorpecentes.

O comerciante foi levado para a Central de Flagrantes. A vítima foi encaminhada ao Instituto Médico Legal (IML) onde o laudo confirmou o abuso sexual sofrido pela jovem.

DIA DO TRABALHADOR

Saúde mental é causa frequente de afastamentos no trabalho

Neste Dia do Trabalhador, psicóloga ressalta a necessidade de se promover a saúde mental no ambiente profissional, além de sintomas que podem indicar doenças dessa ordem



Depressão, insônia, síndrome de burnout e de pânico são as doenças mais comuns hoje

Rariana Pinheiro

Com a proximidade do Dia do Trabalhador, é preciso sim garantir direitos, mas outro assunto que se deve também abordar é a saúde mental. Um levantamento do Ministério da Previdência Social, divulgado em janeiro, mostra que em 2023, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu 288.865 benefícios por incapacidade devido à disfunção da atividade cerebral e comportamental.

O número é 38% maior do que em 2022 e inclui afastamentos temporários e permanentes. E este avanço se deve a diversos fatores, como jornadas intensas de trabalho e alta cobrança dos trabalhadores por produtividade. No entanto, o crescimento também se dá por atualmente o assunto despertar mais pesquisas e atenção.

Em novembro do ano passado, por exemplo, a lista de doenças relacionadas ao Trabalho (LDRT) foi atualizada pelo Ministério da Saúde. De 182 patologias para 347 condições, incluindo burnout, depressão, ansiedade, abuso de drogas e tentativas de suicídio.

De acordo com a psicóloga Soraya Oliveira, diversas doenças mentais podem afetar os indivíduos no ambiente de trabalho, muitas vezes devido à combinação de fatores pessoais, profissionais e ambientais.

"As doenças relacionadas à saúde mental mais frequentes ocasionadas pelo excesso de trabalho são: insônia, síndrome de Burnout, síndrome do pânico, depressão, transtornos alimentares, problemas cardiovasculares, problemas de pele, ansiedade, estresse, ausência de libido e absenteísmo", explica.

Promoção

Para evitar afastamentos e problemas mais sérios, a psicóloga orienta que é de extrema importância que as organizações busquem promover saúde mental entre seus colaboradores.

"Através de ações consistentes, é possível incentivar o autocuidado, a busca pela saúde do corpo e da mente", ressalta a especialista.

Soraya Oliveira aponta ainda a necessidade de se atentar aos sinais de alerta que podem dar indícios de que o trabalhador esteja passando por problemas no emprego.

"Podem ser comuns sintomas como: alterações de humor, do sono, apetite e na pressão arterial, irritabilidade, ansiedade, cansaço extremo, fadiga, problemas cognitivos e intestinais, dores no corpo, falta de ar, medo, dor de cabeça, dificuldades interpessoais, ausência da libido e uma repetição frequente de motivos para justificar ausências", elenca a psicóloga.

Como tratar

A especialista ressalta que o tratamento para esses problemas, normalmente, é feito com psicólogos ou psiquiatras. "Contudo, é possível evitar essas situações, com bom senso entre empregador e empregado ao que se refere à noção de limites, ambiente de trabalho, carga horária, remuneração compatível espaço físico adequado, férias, recesso e, partindo do princípio que desempenho é pessoal", destaca.

Ainda de acordo com a psicóloga, um bom lugar para se trabalhar é benéfico para todos. "Uma empresa que investe em ações para promover a saúde mental no ambiente de trabalho tem como retorno colaboradores felizes e prontos para darem o seu melhor em cada setor de atuação que estiver. Investir em saúde mental é promover autocuidado para melhores resultados no desempenho do trabalhador", salienta Soraya Oliveira.

Conab comercializa e escoa borracha estadual

Wandell Seixas

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realiza, nesta terça-feira (30), leilões públicos para auxiliar os produtores dos estados da Bahia, do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Minas Gerais, do Paraná, de São Paulo e do Tocantins, no apoio à comercialização e ao escoamento da borracha natural da safra 2023/24.

Serão ofertadas 11.492 toneladas para o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa (Pepro) e 2.028 toneladas para o Prêmio para Escoamento de Produto.

A ação foi autorizada pela Portaria Interministerial nº 15 dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Agricultura e Pecuária; da Fazenda; e do Planejamento e Orçamento, publicada em março.

De acordo com o documento, foram estipulados recursos de até R$ 70 milhões para escoamento safra 2023/2024 do produto, com origem nos estados especificados e destino a qualquer localidade do Brasil.

No caso do PEP, poderão participar das operações as usinas de beneficiamento e os comerciantes que recebem o prêmio após comprovar a compra do produto pelo preço mínimo.

Já no Pepro, o prêmio é ofertado ao produtor ou cooperativa que efetue a venda do produto pela diferença entre o preço mínimo e o valor do Prêmio Equalizador arrematado. Em ambos os casos, devem comprovar o escoamento nas condições previstas no Aviso.



Wesley Safadão diz que vai proibir esposa de malhar com personal após separação de Belo e Gracyanne

Após as polêmicas de uma suposta traição de Gracyanne Barbosa, que teria traído Belo com um personal trainer, Wesley Safadão 'enquadrou' seu treinador, que também é o mesmo de sua esposa, Thyane Dantas.

Em tom de brincadeira, o cantor apareceu em um vídeo afirmando que iria proibir a companheira de treinar com o profissional. O assunto surgiu após citar um vídeo de Tirulipa falando sobre traição. No entanto, Victor Pereira não gostou muito da piada e rebateu o artista.

"Não é a profissão, é o caráter do ser humano. Então quer dizer que a mulher não pode ter ginecologista homem? E, aí?". questionou o personal. Safadão retruca:"E você tá falando o que, tá se defendendo? Porque tu é personal da minha esposa. Aí...Se eu tirar tudo aqui, ó!". Na sequência, o educador físico voltou a defender a profissão. "Você me conhece há anos, o que eu quis dizer é sobre o caráter, independente da profissão", afirmou.

Por fim, Wesley elogiou Victor e contou que o conhece há mais de 20 anos: "A gente estudou junto, é um rapaz íntegro, decente, casado, a esposa dele trabalha com a gente, somos amigos, é isso? Será que é o suficiente? Padrinho de casamento... Ai, o ataque é maior, viu? Cuidado! Vamos cortar eses assuntos".

Casal é encontrado morto em veículo

Um casal foi encontrado sem vida dentro de um veículo parado no km 500 da Rodovia Régis Bittencourt na BR-116, localizada na cidade de Cajati, no interior de São Paulo, na madrugada de segunda-feira, 29.

Segundo informações da Arteris, empresa responsável pela administração da rodovia, o carro envolvido, um Hyundai Tucson, estava com o motor ligado no momento em que foi encontrado.

Apurações preliminares investigam a hipótese de que tenha ocorrido uma intoxicação por monóxido de carbono, no entanto não há nenhuma confirmação do que teria provocado a morte do casal. Indetectável por ser um gás incolor e inodoro, o CO é letal se inalado em excesso.

Renato Dias de Oliveira, de 33 anos, era comerciante e Bianca Alves Francisco de Oliveira, de 28, advogada, o casal era natural da cidade de São Carlos localizada há 400 km de onde os corpos foram encontrados.

Bolsonaro sinaliza que deve indicar Caiado para presidente

Imprensa nacional sugere que Jair Bolsonaro poderá apoiar governador de Goiás para disputar presidência da República. Aumenta aproximação entre os dois expoentes da direita brasileira

Welliton Carlos

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem, cada vez mais, sinalizado que o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, será seu candidato a presidente em 2026. Ontem, a imprensa nacional repercutiu novamente os sinais dados pelo ex-presidente.

Na segunda-feira, 29, os dois estavam juntos em Ribeirão Preto, na Agrishow, uma das maiores feiras tecnológicas do agronegócio brasileiro (ver matéria na página 8).

Conforme a revista “Isto É”, “Bolsonaro sinaliza que pode indicar Caiado à presidência em 2026”. A revista diz que “em participação na Agrishow, ex-presidente disse que plantou sementes e não descartou o nome do governador goiano para ser seu substituto”.

Bolsonaro não descarta sua candidatura, mas reconhece que pode ser barrado pela Justiça Eleitoral. Existem empecilhos jurídicos muito fortes para o ex-presidente - como o uso eleitoral do 7 de setembro e a reunião com os embaixadores. Já Caiado encerrará duas gestões à frente de Goiás, com aprovações históricas, que ultrapassam a casa dos 80%.

A declaração de Bolsonaro foi dada em torno da metáfora de que “plantou sementes”. Segundo a revista, “nomes conhecidos da política brasileira, como Caiado, podem substituí-lo na corrida ao Palácio do Planalto”.

“E se eu não voltar um dia, fiquem tranquilos. Plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos que descobriram também a capacidade para levar adiante esse grande país chamado Brasil. Mesmo as sementes mais velhas, com um pouco de água, têm condições de germinar pelo nosso país”, afirmou Bolsonaro, se referindo ao amigo Ronaldo Caiado, um dos pioneiros da direita nacional.

Inelegível até agora, após condenação pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro tem outras ações eleitorais pela frente que desaceleram suas pretensões. Segundo a “Isto É”, “Caiado tem sido presença frequente em eventos com Bolsonaro e também se colocou à disposição para a candidatura à presidência da República”.

Três nomes são cotados para a disputa – além de Caiado, surgem os nomes dos governadores de São Paulo, Tarcisio de Freitas (Republicanos), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). A diferença de Caiado tem sido sua inquestionável capacidade de gestão: o governador goiano, em sondagens de todos grandes institutos de pesquisa do país, tem sido apontado como o melhor governador do Brasil, o que facilita a decolagem de uma candidatura.

Caiado também tem se encontrado com Zema e o próprio Tarcísio, inclusive ontem, em Ribeirão Preto. O gestor de São Paulo tem indicado que precisa se viabilizar - ou seja, ter desempenho idêntico ao de Caiado. Para isso, busca uma gestão que surpreenda São Paulo e assim venha disputar a presidência nos pleitos posteriores a 2026.

Com receio de repetir João Dória, que abandonou o governo de São Paulo sem sequer disputar a presidência da República e ficou a ver navios, no quarto ano do mandato, Tarcísio tem pisado no freio e observado as pesquisas de gestão antes de sonhar em avançar rumo à presidência.

DIVULGAÇÃO



Ronaldo Caiado e Jair Bolsonaro se encontraram em Ribeirão Preto com várias lideranças: aproximação cada vez maior na direita

“Governo Lula não transmite paz ao povo brasileiro”

Redação

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) defendeu que as lideranças políticas do Brasil devem priorizar a segurança e a proteção da sociedade. “O governo federal não transmite paz, tranquilidade e perspectiva de crescimento ao povo brasileiro. Isso realmente faz com que as pessoas se sintam desprotegidas neste momento”, avaliou durante discurso no Agrotalk Show, evento que reuniu cerca de 150 lideranças do agro, em Ribeirão Preto (SP), na noite de domingo (28/4).

Caiado cumpriu agenda na cidade ao longo do dia e participou do debate ao lado da coordenadora do Goiás Social e primeira-dama Gracinha Caiado. “Não podemos admitir que as facções criminosas avancem. Precisamos salvar nossa juventude com educação de qualidade”, falou aos participantes. Ele também afirmou que desde que assumiu o governo, há cinco anos, Goiás não registra invasão de terras e que a segurança pública “é fundamental para o estado democrático de direito”.

O chefe do Executivo foi citado em diversos momentos. “Eu acho que foi o maior defensor da propriedade privada que o nosso país já teve”, disse o presidente do Sindicato Rural de Ribeirão Preto e da Associação Rural Vale do Rio Pardo, Paulo Junqueira. “É o governador mais bem avaliado do Brasil e está fazendo um trabalho extraordinário”, acrescentou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Já a deputada federal Bia Kicis lembrou o sucesso do projeto de fruticultura irrigada do Vão do Paranã, no Nordeste goiano.

'Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.' – **Mahatma Gandhi**



Café da Manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



Gestão
O ministro Fernando Haddad está sendo cobrado pelo presidente Lula. Não conseguiu fazer muito para recuperar a economia brasileira, que não está um caos, mas não cresce como deveria crescer.

Contas
Ontem, o jornal 'Oestadão', na sua principal manchete, noticiava: 'Contas do Brasil voltam a preocupar investidores estrangeiros, diz economista-chefe do Itaú'.

Tímido
A verdade é que, embora, índice oficiais apontem recuperação da economia, o brasileiro não tem sentido no bolso, nem na mesa, um 'real' mais forte.

Di Buteco
Termina no próximo domingo a 16º edição do Comida di Buteco. O circuito, que compreende as cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, conta com a participação de 57 estabelecimentos que concorrem ao título de melhor boteco do Estado. Neste ano, os petiscos têm preço fixo de R$ 35.

Paradão
A impressão que se tem é que no Brasil nada anda. Apenas sucessão de déjà-vu. Nada e mais nada.

Violência
Em Goiás, de Rio Verde e Itaberaí, só as notícias trágicas, de grande violência e crueldade.

No lucro
O ex-craque Ronaldo Fenômeno vendeu suas ações do time do Cruzeiro. Vai faturar mais de meio bilhão de reais.

É assim...
Enquanto isso, no Brasil só pipocam notícias de arranjos, fraudes e vendas de resultados em jogos dos campeonatos estaduais e, também, nacional.

Manchetes mostram a força política de Caiado

AGROFOLHA

Bolsonaro elogia Tarcísio e Caiado e diz que, se não voltar, 'plantou semente'

Inelegível, ex-presidente volta a driblar abertura oficial da Agrishow; veja vídeo

RELATÓRIO

CGU aponta benefício ilegal a ministro de Lula e desvio em obra da estatal Codevasf

Juscelino Filho teria indicado emenda para obra de estrada que beneficia sua família

Tudo caminha para que o governador Ronaldo Caiado seja, de fato e de direito, o candidato da 'Direita' à presidência da República nas eleições de 2026. Na semana passada, matéria do jornal 'OGlobo' lembrava que o certo era o ex-presidente Jair Bolsonaro manter como via aberta a possibilidade de candidaturas do porte de, por exemplo, políticos como Ronaldo Caiado. Ontem, no jornal 'Folha de S. Paulo', em uma de suas matérias de capa, a publicação revelava que Bolsonaro elogiou Tarcísio (de Freitas) e Ronaldo Caiado e admitia que, 'se não voltar, plantou semente'. No caso, se referindo a dois nomes que lideram hoje a Direita no País. Caiado é o mais próximo de concorrer, já que está em seu segundo mandato e não cairia bem a Tarcísio deixar um governo, ainda no primeiro mandato, para disputar uma eleição sem a certeza da vitória. Caiado tem como *handcap* o fato de já ter sido candidato à eleição presidencial, em 1988. Hoje mais maduro, com experiência e uma forte estrutura de apoio, com um dos governos mais bem avaliados do País, Caiado pode surpreender nas eleições de 2026, já que sairia como o único candidato da Direita.

Goianas no topo do Everest
Um recorde e pioneirismo a ser aplaudido. As psicólogas goianas Sílvia Guimarães e Marcielle Oliveira, do Ministério Público e do Tribunal de Justiça de Goiás, respectivamente, alcançaram na última sexta-feira, o Everest Base Camp, no Nepal, a 5.364 metros de altitude. Foram oito dias de subida e serão outros três na descida, com temperaturas que podem chegar a -10º C. Uma façanha, digamos, que não é para qualquer um.



Construtec em Goiás
Na próxima terça-feira será realizado o lançamento do maior evento da construção do Centro-Oeste, a Feira de Tecnologias da Construção, a Construtec. O coquetel de lançamento da terceira edição da Feira acontece a partir das 19h, na Fieg, Casa da Indústria, Salão Daniel Viana, 4º andar. No registro, o presidente da Câmara da Indústria da Construção da FIEG, Sarkis Curi, e o CEO da QG Bussines, Feliciano Ramos.





- No registro, a advogada Graziela Yazbec Sebba Neder, que comemora nesse próximo dia 3 de maio, mais uma primavera, ao lado do seu esposo, o advogado criminalista Alex Neder, em um jantar intimista com os familiares.
- O Brasil até o próximo dia 5 vai viver uma 'Madomania', de importunar o cérebro. Já começou e ainda tem muito, muito, gás. Aliás, tudo o que é de fora, o colonialismo brasileiro a-d-o-r-a.
- O 'vitismo' de ter sido um homem 'traído', faz do cantor Belo hoje um dos artistas mais requisitados da tevê brasileira. No último domingo, uma senhora participação no programa de Luciano Huck. Belo teve o preço do seu cachê aumentado.
- Atividades no Centro de Goiânia, com o objetivo de revitalização, mas sem divulgação, é a mesma coisa que não fazer nada. Revitalizar é levar gente para o Centro. Divulgar é preciso.
- *'Espírito do Senhor está sobre mim, porquanto me ungiu para pregar o evangelho aos pobres, enviou-me para curar os quebrantados de coração; para apregoar liberdade aos cativos e dar vista aos cegos;*

'A DIVERGÊNCIA, NO DIREITO E NA POLÍTICA, É ABSOLUTAMENTE NATURAL. EM NADA INTERDITARÁ O DIÁLOGO INSTITUCIONAL. VAMOS CONTINUAR DIALOGANDO. APOSTAR NA POLÍTICA COMO FORMA DE ENCONTRAR UMA SAÍDA PARA O TEMA FOI JUSTAMENTE O QUE O GOVERNO FEZ AO ENVIAR A MP NO FINAL DE 2023, INCLUINDO A NOVENTENA', MINISTRO-CHEFE DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, JORGE MESSIAS, SOBRE PRESSÃO DO SENADO

ELEIÇÕES 2024

Filiação de jovens a partidos políticos segue caindo no país



Redação

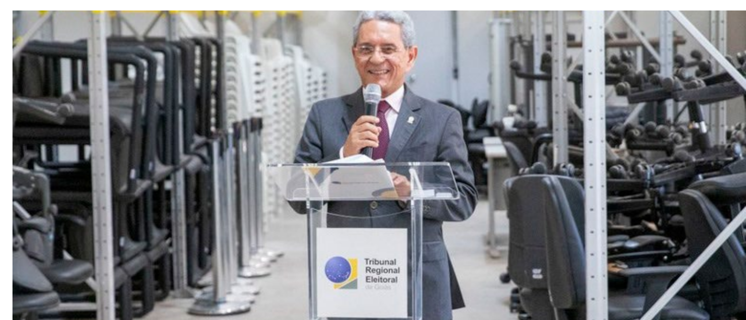
Do movimento das Diretas Já, nos estertores da ditadura, às Jornadas de Junho de 2013, o rosto que simboliza o pedido por mudanças, o dos jovens, está cada vez mais escasso na política partidária brasileira.

Levantamento do jornal O Globo, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mostra que a filiação de pessoas de 16 a 24 anos em partidos políticos chegou este ano ao menor patamar em uma década, embora a polarização tenha revertido as quedas de PL e PT a partir de 2020. Assim como a sigla que recebeu Jair Bolsonaro em 2021, o partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a crescer às vésperas das últimas eleições, mas divide terreno no campo da esquerda com o PSOL, que pela primeira vez lidera em número de jovens filiados entre todas as agremiações.

Na esteira das denúncias de corrupção no âmbito da Operação Lava-Jato, que intensificou o desgaste da política a partir de 2014, a participação dos jovens começou a minguar, caindo de 415 mil filiados para pouco mais de 180 mil atualmente — os dados são relativos ao mês de março de cada ano. A queda foi brusca entre siglas tradicionais, como o MDB (de 37,6 mil para 15 mil em dez anos); o PSDB (30,7 mil para 8,6 mil); e o próprio PT (53,7 mil para 17,4 mil). Para cientistas políticos, a chegada dos jovens à vida adulta se deu num contexto de rejeição aos partidos.

Correndo por fora dos partidos mais poderosos, que têm em mãos fartos recursos do fundo partidário, há outros exemplos de siglas que conseguem atrair jovens com base em valores ideológicos. É o caso do PSOL, na esquerda. A legenda praticamente dobrou o número em dez anos, passando de 10,4 mil para 19 mil, liderando a lista de siglas com filiados de até 24 anos, à frente do PT e do MDB, líder em 2022.

Itaney Campos conclui administração e TRE-GO empossa novos dirigentes



Redação

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), por meio da Secretaria de Administração e Orçamento (SAO), viabilizou as inaugurações da nova ala da Presidência na sede do Tribunal e de melhorias no Anexo II. As obras marcam o fim da gestão do desembargador Itaney Campos, que encerrará seu biênio, oficialmente, na sessão solene de posse do novo presidente, na próxima terça-feira (30).

Em seu discurso de agradecimento, o presidente destacou as conquistas da sua gestão que possibilitaram renovações no espaço da instituição, considerando a atual realidade da estrutura funcional. Além das benfeitorias na Presidência e no Anexo II, a atual administração avançou em tratativas para aquisição de dois lotes contíguos à sede do Tribunal, que futuramente abrigarão um novo prédio da JE.

Os desembargadores Luiz Cláudio Veiga Braga e Ivo Favaro assumirão os cargos de presidente e de vice-presidente, respectivamente, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-GO), nesta terça-feira (30), para o biênio 2024/2026. Favaro também ficará com o posto de corregedor regional eleitoral. Eles entram no lugar dos desembargadores Itaney Francisco Campos e Amélia Martins de Araújo.

ELEIÇÕES 2024

Gayer lança chapa pura do PL e escolhe Fred Rodrigues a vice

Deputado federal confirmou, nesta segunda-feira (29), segunda pré-candidatura à prefeitura de Goiânia com apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro

Helton Lenine

O deputado federal e presidente do PL em Goiânia, Gustavo Gayer, ao lado do senador Wilder Morais, presidente do partido em Goiás, confirmou sua pré-candidatura à prefeitura da capital e anunciou o ex-deputado estadual Fred Rodrigues como candidato a vice-prefeito na chapa pura.

O ato ocorreu na sede do PL e contou com a presença do deputado federal Professor Alcides e do suplente de deputado federal Márcio Correa, pré-candidatos a prefeito de Aparecida de Goiânia e Anápolis, além de pré-candidatos a vereador.

A ex-primeira dama de Aparecida de Goiânia, Mayara Mendanha, que transferiu domicílio eleitoral para a capital e trocou o MDB pelo PL, na expectativa de ser indicada vice na chapa de Sandro Mabel (União Brasil), não apareceu no evento de Gayer e Fred.

Gustavo Gayer foi lançado à prefeitura, ano passado, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, durante visita a uma feira livre no Jardim América, na capital. De lá para cá, Gayer não participou de evento sobre pré-campanha eleitoral. Em 2020, ele disputou o cargo e ficou em quarto lugar, atrás de Adriana Accorsi (PT), Vanderlan Cardoso (PSD) e Maguito Vilela (MDB).

Jair Bolsonaro se comprometeu a participar das campanhas do PL em grandes colégios eleitorais como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Goianésia, Porangatu e Catalão. Ele vai gravar depoimento para a propaganda política no rádio e televisão, a partir de agosto.

Em meio a disputas pelo apoio de Jair Bolsonaro (PL), o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) foi confirmado pré-candidato à prefeitura de Goiás nas eleições 2024 e recebeu a "bênção" do ex-presidente quinta-feira (4). Em vídeo, Gayer aparece ao lado do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), e de Bolsonaro.

Quando questionado por jornalistas se haveria alguma possibilidade de trocar a candidatura de Gayer pelo major Victor Hugo, vice-presidente do PL em Goiás, Bolsonaro negou. "Aqui não tem troca-troca, não", disse ele.

Gayer, por sua vez, também negou quando foi perguntado se ainda poderia sair como vice do pré-candidato apoiado pelo governador Caiado, Sandro Mabel, cuja filiação ao União Brasil foi confirmada na quarta-feira (3). "Não tem possibilidade. Como o maior partido do Brasil hoje, o PL vai ter candidatura própria nas principais capitais do Brasil. Eu sou o candidato", disse ele. Em clima de descontração, os presentes ainda questionaram se a candidatura de Gayer teria a bênção de Bolsonaro. "Está abençoado, já", respondeu o ex-presidente.

O apoio de Bolsonaro era incerto diante da possível aliança da direita em torno do candidato de Caiado, aliado de Bolsonaro. Mas o PL preferiu uma candidatura própria, seguindo a estratégia de Valdemar Costa Neto para fortalecer a sigla.

Diferentemente do que ocorreu em São Paulo, onde o PL precisou ceder para a aliança em torno do prefeito Ricardo Nunes (MDB), em Goiânia o partido contava com o nome de Gayer, que foi eleito deputado com 200 mil votos. Sua relevância vem crescendo diante do apoio às pautas ligadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro, tendo sido, entre as centenas de personalidades presentes, um dos poucos a discursar no carro elétrico do ex-presidente no evento em seu apoio na avenida Paulista, no dia 25 de fevereiro.

VALDEMY TEIXEIRA



Gustavo Gayer, Wilder Morais, Professor Alcides e Fred Rodrigues: unidade do PL

Gayer, por sua vez, falou sobre sua candidatura dentro de um plano de fortalecer a base conservadora no país. "Temos que formar as nossas bases e esse ano é verdadeiramente o início da consolidação da direita do Brasil", disse ele. "Está na hora de a gente fazer os nossos vereadores, os nossos prefeitos. Para que em 2026 a gente coloque quem na presidência?", questionou se referindo a Bolsonaro.

O empresário Sandro Mabel (União Brasi) tentou convencer Jair Bolsonaro a não lançar Gustavo Gayer para o PL indicar o vice em sua chapa. Não deu resultado. Cogitou-se também trovar Gayer pelo Major Vitor Huo, mas também não deu resultado.

Vice de Gayer

Fred Rodrigues expressou confiança na elegibilidade para o pleito deste ano em Goiânia. Ele teve 42.784 votos para deputado estadual, mas foi cassado no final de seu primeiro ano de mandato por um suposto erro na prestação de contas da campanha anterior para vereador, quando não foi eleito. "Como eles cassaram o mandato por um absurdo jurídico, em cima de um erro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que o próprio TRE reconheceu que errou contra mim, então não existe inelegibilidade e estou 100% pronto para concorrer", declarou.

O pré-candidato ainda confirmou o convite do PL para ocupar a vice de Gustavo Gayer: "A gente respeita nosso eleitorado e não vai atrás de um vice só porque supostamente ele agrega votos ou é de um outro segmento", pontuou. Fred assegurou que o vice não será apenas uma figura decorativa, mas alguém que representará "verdadeiramente o projeto político".

Parlamentar é denunciado ao STF por Supostas ações contra o Brasil no exterior

Cloves Reges

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que os deputados federais Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Gustavo Gayer (PL-GO) sejam incluídos no inquérito que investiga os atos antidemocráticos de 8 de janeiro.

A denúncia usa reportagem da Agência Pública que detalha como comitiva de deputados liderada por Eduardo Bolsonaro vem articulando apoio internacional por punições ao Brasil, a partir do discurso de que o país estaria vivendo uma "ditadura de esquerda". Em vídeo publicado em seu perfil nas redes sociais, Eduardo negou ter defendido qualquer tipo de sanção ao país.

O documento, protocolado no STF segunda-feira (15), argumenta que a viagem ao país e outras articulações internacionais refletem "a insistência da extrema direita brasileira em buscar apoio internacional" com o objetivo de "fomentar a falsa narrativa de haver uma grave e preocupante crise democrática em curso no Brasil, e, assim, de fato, criar uma real crise nas instituições democráticas do país".

Comitiva brasileira

Integrantes da comitiva liderada por Eduardo Bolsonaro falaram sobre possíveis sanções ao Brasil por parte dos Estados Unidos durante a visita a Washington.

Em entrevista à Epoch Times Brasil, ainda em Washington, o deputado André Fernandes (PL-CE), por exemplo, disse que "talvez com sanções ou iminentes sanções, o Brasil, mais específico o Judiciário, reflita, tire o pé do acelerador, porque nós não vamos parar". "Imagina se o Brasil começar a sofrer sanções, coisas do tipo", disse Bia Kicis (PL-DF) ao ressaltar a possibilidade de vitória de Donald Trump. Ela caracterizou as sanções como "muito ruins" e lembrou que outros países latino-americanos receberam sanções sem que isso fosse "suficiente para a queda desses regimes".

"Mas, como no Brasil a coisa não está tão profunda ainda, pode ser, eu tenho realmente a esperança que a gente consiga fazer com que algo aconteça, de verdade", concluiu, também em entrevista à Epoch Times Brasil.

A denúncia do PSOL ao STF foi anexada aos inquéritos 4.921 e 4.922 e será avaliada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator das investigações sobre o 8 de janeiro. O pedido foi assinado pela deputada federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL-SP), pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL-SP) e pelo vereador de São Paulo Celso Giannazi (PSOL-SP).

"Quando a gente fala em fazer sanções contra o Brasil, é fazer sanções contra os negócios que o Brasil tem com esses países, ou seja, contra o conjunto do povo brasileiro", disse em entrevista à Pública a deputada Professora Luciene Cavalcante. Ela defende que a viagem, realizada em março, deve ser investigada juntamente ao 8 de janeiro, pois seria "uma continuação desse ataque à nossa democracia". As informações são da jornalista Laura Scofield, da Agência Pública, divulgada pelo ICL Notícias

SAÚDE

Descaso com vacinação preocupa agentes públicos de saúde

De acordo com Secretaria Estadual de Saúde, aumento de internações e mortes por dengue e influenza pode ocorrer por conta da baixa cobertura vacinal. Idosos e crianças são os que mais sofrem com falta de responsabilidade

Redação

O Governo de Goiás alertou ontem que o aumento de internações por conta de dengue e influenza em Goiás pode ser motivada pela baixa cobertura vacinal.

Segundo comunicado da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), o aumento de diagnósticos e internações, com mais mortes, teria relação com este descaso de parcela da população.

Goiás registrou nos meses iniciais de 2024 mais de 150 óbitos por dengue. Por sua vez, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag) motivou 179 óbitos - principalmente entre crianças menores de 2 anos (16 mortes), e idosos com 60 anos.

De acordo com a superintendente de Vigilância em Saúde, Flúvia Amorim, o histórico de Srag mostra aumento de casos neste período. E as inversões térmicas desta época são propícias: "É nesta época que começam a circular os vírus respiratórios, de forma mais intensa".

"Se você faz parte de algum dos grupos prioritários, procure rapidamente o posto de vacinação", diz Flúvia. Os extremos das faixas etárias - crianças e idosos - são as principais vítimas de doenças respiratórias. "Para essas pessoas, o quadro pode ser muito grave. Por isso, não deixem de se vacinar", orienta.

Meio eficaz

Superintendente de Regulação, Controle e Avaliação da SES, Amanda Limongi diz que a vacinação é o meio mais eficaz de prevenir internações, tanto de dengue quanto de Síndromes Respiratórias Agudas Graves.

Ela faz um apelo também à população dos municípios que ainda dispõem de vacinas contra a dengue. "Dos 246 municípios goianos, 155 'zeraram' seus estoques, mas ainda faltam 10 mil doses a serem aplicadas", explica. A superintendente se refere ao restante das 158,5 mil doses recebidas do Ministério da Saúde e que vão vencer em 30 de abril, mesmo com a ampliação da idade para pessoas de 4 a 59 anos.

ABR



Imunização pode evitar internações de pacientes com doenças respiratórias, alertam profissionais de saúde

Agehab começa construção de casas a custo zero em 43 novos municípios

Ordens de serviço para início das primeiras obras já estão assinadas. São mais 1,7 mil moradias nos próximos meses com investimento de R$ 310 milhões em Goiás

Redação

O Governo de Goiás, por meio da Agência Goiana de Habitação (Agehab) e da Secretaria de Estado da Infraestrutura (Seinfra), dá início este mês às obras de 1,7 mil casas a custo zero, em 43 novos municípios (confira lista abaixo). As moradias devem ser entregues nos próximos meses. As ordens de serviço (OS's) para os primeiros 15 canteiros de obras já estão assinadas.

Em maio, vão ser assinadas outras 18 ordens de serviço e mais 10, em junho. De acordo com o presidente da Agehab, Alexandre Baldy, nunca antes na trajetória das políticas públicas estaduais de habitação foram construídas tantas unidades habitacionais. "Qualquer cidadão que visitar um dos nossos canteiros poderá observar o alto padrão em que estão sendo empregados os recursos do contribuinte goiano", diz o gestor.

Baldy ressalta também que estes resultados se alinham com a determinação do governador de ampliar e facilitar o acesso às políticas de habitação de interesse social de Goiás especialmente para a famílias que mais precisam.

Para o secretário da Infraestrutura, Pedro Sales, todos os esforços estão focados em atender todos os municípios goianos. Com essas novas moradias a custo zero, iniciadas agora, lembra o secretário, estão sendo injetados na economia goiana mais de R$ 310 milhões de investimentos, provenientes do Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege).

Quantidade

Com estes novos municípios, o programa Pra Ter Onde Morar – Construção/Casas a Custo Zero teve um crescimento de mais de 10%, expandindo sua presença de 130 para 144 cidades atendidas pelo programa, que passa a alcançar 58% dos 246 municípios que integram o Estado. Além disso, houve um aumento de aproximadamente 22% na quantidade de unidades habitacionais contratadas.

Para ser atendido, o município precisa propor ao Estado a cessão de terreno regularizados para a construção das unidades.



Presidente da Agehab, Alexandre Baldy: construção de casas a custo zero em 40 municípios

Agrishow mostra força da tecnologia no campo

Evento em Ribeirão Preto reúne governadores, políticos e entusiastas do agronegócio. Feira paulista é considerada a maior do segmento em toda América Latina

Redação

A 29ª edição da Agrishow, em Ribeirão Preto, em São Paulo, tem atraído os olhares da imensa comunidade do agronegócio brasileiro. Considerada o principal evento dedicado à tecnologia agrícola na América Latina, a feira reúne mais de 800 marcas nacionais e internacionais, incluindo 100 expositores estreantes, que apresentam as mais recentes tecnologias voltadas para o agronegócio disponíveis no mercado. Com alcance mundial, o evento recebe também grupos empresariais da Alemanha, Espanha, Colômbia, Itália, China, Holanda e Hong Kong. A programação da feira segue até a próxima sexta-feira, 3.

Em 2023, a Agrishow registrou R$ 13,29 bilhões em negócios. A expectativa dos organizadores é de que o valor seja superado este ano, quando o evento deve receber mais de 195 mil visitantes. A feira é uma iniciativa das principais entidades do agronegócio no país: Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Gestores

Presente na feira ao lado da primeira-dama Gracinha Caiado, o governador Ronaldo Caiado desta a importância da feira para Goiás: "A produção rural é um pilar importante da economia goiana. Precisamos buscar cada vez mais tecnologia e inovação para o setor".

Para o governador, a modernização é fundamental para manter a competitividade e avançar na produtividade do agronegócio. Ele citou a goiana Tecnoshow, que este ano chegou à sua 22ª edição, sempre realizada em Rio Verde, como exemplo de iniciativa do gênero para difusão de tecnologia e inovação. "Hoje é a terceira maior feira do país, disputando aí o segundo lugar e cada vez mais forte, cada vez mais representativa de um estado que tem um potencial enorme", destacou.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o ex-presidente da República Jair Bolsonaro também visitaram a Agrishow nesta segunda.



Fio Direto

Gercyley Batista gercyley@gmail.com

Próximo passo
Após a declaração de apoio do grupo do presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (UB) ao pré-candidato Sandro Mabel (UB), agora, o diálogo é sobre o vice da chapa.

Nome no grupo
Bruno Peixoto reuniu em seu grupo de apoio o presidente, o 1º vice-presidente da Câmara de Goiânia, os vereadores Romário Policarpo e Thialu Guiotti (Avante), ambos cotados para a vice de Mabel.

Nos planos
Aliás, Romário Policarpo, por várias vezes, durante este mandato, sempre deixou claro que poderia abrir mão da reeleição à Câmara para abraçar um projeto majoritário.

O perfil
Neste caso, Romário Policarpo atenderia alguns critérios importantes como ser um pré-candidato alinhado com Goiânia, ser considerado um bom gestor e um articulador ágil.

Estamos aqui
O MDB de Goiânia, representado por sua bancada de vereadores, quer participar da escolha do vice na chapa de Sandro Mabel: já indicaram dois nomes, Sandes Júnior e Sargento Novandir.

Conhecido
No caso do MDB, Sandes Júnior já disputou eleições na Capital por duas vezes, 2004 e 2008, quando enfrentou, nada mais nada menos que Iris Rezende: é um dos nomes mais conhecidos dos atuais pretendentes.

Definiu
O PL definiu que vai de chapa pura para a disputa eleitoral, com Gustavo Gayer e Fred Rodrigues, confiante de que o partido e o bolsonarismo raiz se sustentam junto ao eleitor.

Discussão encerrada
O anúncio também quer encerrar de vez os boatos de que Gustavo Gayer desistiria na disputa eleitoral, em Goiânia, em detrimento de outros interesses políticos.

Discurso puro!
Foi uma exigência do pré-candidato do PL, o anúncio de uma chapa pura, justamente para não alterar seu discurso de extrema-direita, que o projeta, nacionalmente, há alguns anos.

Furar o teto
Neste caso, não é o de gastos, mas o teto ideológico: o Bolsonarismo raiz tem um base de apoio cristalizada de 10% (em média) e quer buscar eleitores na centro-direita.

Elogiando Caiado e Tarcísio, Bolsonaro fala em legado



Ontem (29), durante o primeiro dia de visitação pública, a Agrishow de Ribeirão Preto–SP, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) fez mais um rápido discurso para alguns de seus apoiadores e autoridades, elogiando as gestões do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (UB) e o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos). “Nós plantamos sementes ao longo desses nossos quatro anos” — se referindo à sua gestão como Presidente da República e consolidação da direita no Brasil — “tem sementes com condições de germinar e dar bons frutos ao país” — apontando para Ronaldo Caiado, que estava no evento. Bolsonaro, que está inelegível até 2030, observa com atenção os dois governadores aliados. Por mais que seus aliados mais otimistas sonhem com uma anistia ou uma reversão no processo de inelegibilidade, o ex-presidente não quer desperdiçar seu capital político, que permanece inabalável, mesmo após deixar o Palácio do Planalto, mantendo no radar, os dois políticos com mandato executivo na lista de potenciais substitutos. Há uma expectativa de que, ao se aproximar as eleições de 2026, Bolsonaro passe a investir mais na possibilidade de indicar um nome que representará seu grupo: este aceno na Agrishow era impensável semanas atrás, inclusive, o próprio ex-presidente se mostrava irritado ao ser perguntado sobre não ser candidato em 2026. Ontem, já aventou que, “caso não retorne ao cargo” — uma boa leitura é “caso não consiga reverter a ilegibilidade” — está abonando duas de suas apostas para não permitir que Lula e o PT permaneçam mais quatro anos no poder.

Tarcísio quer reeleição para governo Paulista: o espaço para Caiado está aberto

Em Ribeirão Preto/SP, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) esteve com os governadores Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Ronaldo Caiado (UB), porém, o governador goiano se comporta mais como “pré-candidato” à presidência que Tarcísio.

Tarcísio enfrenta algumas dificuldades em seu governo, compreendendo que necessita de mais tempo para construir um perfil administrativo.

Já Caiado, em seu segundo mandato, com a popularidade alta e excelente aprovação de sua gestão, já construiu a imagem de bom gestor: um passo importantíssimo.



GOIÂNIA

Partidos disputam vice de Mabel, mas escolha só nas convenções de julho avisa empresário



Sandro Mabel: vice só nas convenções partidárias

Redação

Cresceu nos últimos dias a disputa na base do governista pela indicação do nome que vai compor como vice a chapa de Sandro Mabel (UB) na eleição para a Prefeitura de Goiânia deste ano. Um grupo, liderando pelo presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Bruno Peixoto, busca emplacar sua indicação. O MDB também já disse que tem interesse de indicar. E ainda existe a possibilidade da vaga ser destinada para uma composição com o PL na capital.

O grupo de Bruno Peixoto é composto pelos partidos PRD, Avante, Agir e PSB. E já apresentou cinco nomes para uma vice de Sandro Mabel: ex-deputado Francisco Oliveira, Luciene Peixoto (mulher de Bruno Peixoto), Mizair Lemes Jr., e os vereadores Romário Policarpo, presidente da Câmara de Goiânia, e Thialu Guiotti. O nome mais cotado no grupo é o de Policarpo.

Já a cúpula do MDB em Goiânia, com seus 11 vereadores na capital, teve uma reunião na semana passada com o vice-governador e presidente estadual da legenda, Daniel Vilela. O discurso foi enfático: o partido não abre mão de indicar o vice na chapa de Sandro Mabel. Aliás, só faz uma exceção: se a vice tiver de ser cedida para o PL, o que reforçaria ainda mais a pré-candidatura da base governista na capital. O principal argumento dos emedebistas é a força do partido em Goiânia, que venceu as últimas eleições com Iris Rezende e Maguito Vilela. Um nome citado para a vaga é o de Paulo Ortegal.

Embora seja algo ainda improvável, Sandro Mabel não descarta ainda a possibilidade de ter o PL de Jair Bolsonaro ou o PSD de Vanderlan Cardoso na sua coligação em Goiânia. Para isso, indicando o vice, se for preciso.

GOIÂN APARECIDA DE

Professor Alcides tem tudo para ser um “grande prefeito”, diz Fábio Sousa



Professor Alcides e Fábio Sousa: apoio para a disputa de prefeito

Redação

O deputado federal e pré-candidato a prefeito de Aparecida de Goiânia, Professor Alcides (PL) se reuniu com o ex-deputado federal Fábio Sousa (PL), que é integrante da Igreja Fonte da Vida. O encontro foi realizado na sede da Fonte TV e contou com a participação de várias lideranças do segmento evangélico.

Na ocasião, Fábio Sousa manifestou apoio à pré-candidatura de Professor Alcides e reforçou o seu compromisso com o PL, uma vez que ele é primeiro suplente de deputado federal do partido.

“Tudo que a cidade de Aparecida ofereceu para ele, com a ajuda dos aparecidenses, agora ele quer retribuir para a cidade fazendo uma brilhante gestão. Professor Alcides tem tudo para fazer uma boa gestão, pela experiência dele, pela capacidade dele, pela articulação dele. Professor Alcides tem tudo para ser um grande prefeito, senão o melhor prefeito que a cidade já teve.”, declarou Fábio Sousa.

Por sua vez, Professor Alcides fez questão de agradecer o apoio recebido e destacar a importância de cada aliado dentro do processo de construção do projeto voltado para a cidade de Aparecida de Goiânia.

Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.

CNPJ nº 05.161.069/0001-10

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à aprovação o Relatório da Administração da Companhia, composto do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como as Demonstrações de Resultado. Agradecemos desde já a atenção dispensada e permaneceremos à disposição para esclarecimentos.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**Passivo e patrimônio líquido**	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	98.246	191.736	Fornecedores	17	315.520	336.202
Contas a receber	11	643.236	640.592	Cessão de crédito	18	374.728	720.508
Estoques	12	1.435.792	1.479.133	Empréstimos e financiamentos	19	124	4.801
Tributos a recuperar	13	45.872	32.527	Salários a pagar		131.562	116.118
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	279	8.039	Tributos a recolher	21	50.326	36.477
Outros ativos	14	40.209	56.824	Dividendos a pagar		31.808	54.115
		2.263.634	2.408.851	Impostos de renda e contribuição social a pagar		–	3.856
Não circulante				Instrumentos financeiros derivativos	4.f	14.150	7.763
Realizável a longo prazo				Outros passivos	22	104.480	120.456
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.a	29.505	26.147			1.022.698	1.400.296
Tributos a recuperar	13	39.656	40.068	Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	4.f	7	27	Empréstimos e financiamentos	19	10	126
Outros ativos	14	7.088	4.200	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	79.352	86.069
		76.256	70.442	Provisões para contingências	23	6.090	6.780
Investimentos		10	26	Instrumentos financeiros derivativos	4.f	6	7
Imobilizado	15	2.602.118	2.037.986	Outros passivos	22	33.170	9.464
Intangível	16	911.923	666.100			118.628	102.446
		3.514.051	2.704.112	Total do passivo		1.141.326	1.502.742
		3.590.307	2.774.554	Patrimônio líquido			
				Capital social	24.a	4.300.088	3.427.900
				Reserva de capital	24.b	21.855	18.204
				Ajustes de avaliação patrimonial	24.e	28.185	41.505
				Reservas de lucros	24.d	362.487	193.054
						4.712.615	3.680.663
Total do ativo		5.853.941	5.183.405	Total do passivo e patrimônio líquido		5.853.941	5.183.405

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	**2023**	**2022**
Operações continuadas			
Receita líquida	25	3.060.705	2.866.573
Custo das vendas	26.a	(2.471.623)	(2.336.801)
Lucro bruto		**589.082**	**529.772**
Despesas com vendas e marketing	26.a	(188.094)	(171.480)
Despesas administrativas e gerais	26.a	(91.256)	(76.385)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	26.b	137.938	74.956
Equivalência patrimonial		–	869
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**447.670**	**357.732**
Receitas financeiras	26.c	16.075	17.846
Despesas financeiras	26.d	(29.379)	(46.221)
Despesas financeiras, líquidas		**(13.304)**	**(28.375)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**434.366**	**329.357**
Imposto de renda e contribuição social	20.c	(105.405)	(98.505)
Resultado líquido das operações continuadas		**328.961**	**230.852**
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas		(232)	(415)
Resultado líquido do exercício		**328.729**	**230.437**
Resultado por ação			
Resultado por ação (em R$)		0,23026	0,20146

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2023	**2022**
Resultado líquido do exercício	**328.729**	**230.437**
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	(20.182)	(14.517)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	6.862	4.936
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(13.320)	(9.581)
Resultado abrangente do exercício	**315.409**	**220.856**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2023	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo operações descontinuadas	434.133	328.941
Ajustes		
Depreciação e amortização	105.639	81.578
Perdas (*impairment*) de ativos	29.210	11.196
Resultado na venda de ativos permanentes	267	(28.880)
Equivalência patrimonial	232	(454)
Ganhos (perdas) cambiais	22.952	38.847
Despesas/receitas de juros e relacionadas, líquidas	(9.648)	(10.471)
Remuneração com base em ações	6.030	3.147
Provisões (reversões) e outros	(164.678)	10.419
Resultado ajustado	424.137	434.323
Variações nas contas de ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(2.645)	93.431
Estoques	31.947	(630.528)
Tributos a recuperar	(60.385)	(35.103)
Depósitos judiciais e outros	(309)	79
Demais contas a receber	17.548	(35.503)
Fornecedores	(3.531)	84.868
Cessão de créditos	(344.653)	322.579
Instrumentos financeiros derivativos	(71.996)	(107.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(852)
Tributos a recolher	13.849	(4.576)
Salários e encargos sociais	(3.094)	21.474
Contas a pagar	(10.899)	8.284
Juros da operação	38.884	43.506
Demais contas a pagar	(461)	2.155
Caixa líquido proveniente atividades operacionais	28.392	197.021
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Combinação de negócios (menos caixa líquido na aquisição)	(93.833)	(323)
Aumento de capital nas controladas/coligadas	(217)	–
Compra de ativo imobilizado	(412.345)	(462.788)
Compra de Intangíveis	(299.076)	(246.110)
Venda de ativos de natureza permanentes	45	94.394
Instrumentos financeiros derivativos	–	(3.303)
Mútuos ativos	(281)	(16)
Juros Recebidos	11.179	12.166
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(794.528)	(605.980)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos - principal	(12.617)	(11.866)
Pagamento de empréstimos - juros	(3.172)	(3.402)
Integralização de capital	735.986	535.763
Dividendos pagos	(45.401)	(6.446)
Mútuos passivos	(2.150)	(1.860)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	672.646	512.189
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(93.490)	103.230
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	191.736	88.506
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	98.246	191.736
Variação do equivalente de caixa	(93.490)	103.230
Transações que não envolveram o caixa	**16.753**	**28.755**
Aquisição de ativo imobilizado	16.753	28.755

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

			Reserva de Capital			**Reservas de lucros**					
	Nota	**Capital**	**Adiantamento para futuro aumento de capital**	**Opções de compra de ações**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Reserva Legal**	**Reserva de subvenção governamental**	**Dividendos adicionais propostos**	**Lucros/Prejuízos acumulados**	**Total**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2022		**2.708.560**	**164.237**	**15.056**	**51.086**	**11.872**	**–**	**22.985**	**–**	**–**	**2.973.796**
Capital integralizado	26.a	719.340	–	–	–	–	–	–	–	–	719.340
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.c	–	(164.237)	–	–	–	–	–	–	–	(164.237)
Opção de compra de ações	26.b	–	–	3.148	–	–	–	–	–	–	3.148
Resultado líquido do período	26.e	–	–	–	–	–	–	–	–	230.437	230.437
Constituição de reserva legal	26.e	–	–	–	–	11.522	–	–	–	(11.522)	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	–	7.315	–	–	(2.455)	4.860
Dividendos adicionais propostos	26.e	–	–	–	–	–	–	139.360	–	(162.345)	(22.985)
Dividendos mínimos obrigatórios	26.e	–	–	–	–	–	–	–	–	(54.115)	(54.115)
Outros resultados abrangentes											
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos		–	–	–	(9.581)	–	–	–	–	–	(9.581)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**3.427.900**	**–**	**18.204**	**41.505**	**23.394**	**7.315**	**162.345**	**–**	**–**	**3.680.663**
Saldos em 1º de janeiro de 2023		**3.427.900**	**–**	**18.204**	**41.505**	**23.394**	**7.315**	**162.345**	**–**	**–**	**3.680.663**
Capital integralizado	24.a	872.188	–	–	–	–	–	–	–	–	872.188
Opção de compra de ações	24.b	–	–	3.651	–	–	–	–	–	–	3.651
Resultado líquido do período	24.e	–	–	–	–	–	–	–	–	328.729	328.729
Constituição de reserva legal	24.e	–	–	–	–	16.436	–	–	–	(16.436)	–
Constituição da reserva de incentivos fiscais	24.e	–	–	–	–	–	219.916	–	–	(185.058)	34.858
Constituição de Reserva para orçamento de capital	24.e	–	–	–	–	–	–	–	95.426	(95.426)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	24.e	–	–	–	–	–	–	–	–	(31.809)	(31.809)
Dividendos adicionais propostos								(162.345)			(162.345)
Outros resultados abrangentes											
Ganhos ou perdas de derivativos, líquidos de impostos		–	–	–	(13.320)	–	–	–	–	–	(13.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**4.300.088**	**–**	**21.855**	**28.185**	**39.830**	**227.231**	**–**	**95.426**	**–**	**4.712.615**

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. ("Companhia"), com sede localizada em Anápolis-GO, é uma Companhia brasileira de capital fechado, controlada pela Hypera S.A. A Companhia atua no segmento farmacêutico e é detentora do registro de diversas marcas tradicionais, dentre elas Doralgina, Histamin, Neosoro e Torsilax, dentre outras, componentes do portfólio da marca de medicamentos similares e genéricos Neo Química. O principal parque fabril da Companhia está localizado em Anápolis-GO, e os produtos ali fabricados - incluindo sólidos, líquidos, semissólidos, injetáveis e efervescentes - são substancialmente vendidos para a controladora Hypera S.A. Em 2022, o complexo foi expandido e passou a contar com área dedicada à produção de medicamentos estéreis (injetáveis e oftalmológicos). A Companhia também possui unidade dedicada à fabricação de embalagens de produtos farmacêuticos, localizada em Goiânia-GO. Em julho de 2023, a Companhia passou a operar uma nova fábrica localizada em Itapecerica da Serra- SP. Em 2022, a Companhia iniciou a construção de uma nova unidade em Jundiaí-SP, que contará com instalações dedicadas à fabricação de medicamentos voltados para o segmento hospitalar, incluindo oncológicos, biológicos e especialidades, além de pesquisa e desenvolvimento. Em Barueri-SP, a Companhia mantém centro de pesquisa e desenvolvimento de produtos farmacêuticos do Brasil, com capacidade para mais de 150 projetos simultâneos para lançamento de novos medicamentos, dermocosméticos, nutricionais e suplementos vitamínicos. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros, que foram mensurados ao valor justo, por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 05 de abril de 2024. **a. Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). **b. Operações descontinuadas:** As operações descontinuadas decorrentes de componentes que foram alienados e/ou descontinuados, e que atingem os critérios para apresentação como operações descontinuadas, são divulgados nas demonstrações financeiras, separado do restante das operações da Companhia: i) Demonstração do resultado - As receitas e despesas de operações descontinuadas, incluindo os ajustes no exercício corrente que estejam diretamente relacionados com operação descontinuada em exercício anterior, bem como os ganhos e perdas resultantes das baixas de ativo mantidos para venda, são apresentados em uma única rubrica "Resultado de Operações Descontinuadas", líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. ii) Os ativos e passivos relacionados a operações descontinuadas são apresentados no ativo e passivo circulantes, separadamente dos outros ativos e passivos do balanço patrimonial. ***c. Novas Normas e Interpretações:*** **(a) Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e *IFRS Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **• Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pela Companhia. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **(b) Alterações de normas novas não efetivas:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **• Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **• Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements - SFAs") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs. (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***d. Contabilidade de hedge:*** A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas assegurem que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que se aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas utilizam contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos e compras de estoques em moeda estrangeira. De acordo com a IFRS 9, para hedges de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados às compras previstas de ativos não financeiros, os valores acumulados na reserva de hedge de fluxo de caixa e na reserva de custo de hedge serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não financeiro quando este for reconhecido. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia. **b. Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesas financeiras. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **2.4 Classificação, Reconhecimento e mensuração dos ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. **a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e determinados outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido. **b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa categoria é composta pelas transações de hedge que visam a cobertura dos riscos relacionados a fluxo de caixa, a variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo eventuais derivativos embutidos e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Despesas financeiras", para os instrumentos derivativos. **2.4.1 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.2 *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) Torna-se provável que o

continua →★

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge: *Hedges* de valor justo:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O ganho ou a perda resultante são contabilizados no resultado do período no resultado financeiro. ***Hedges* de fluxos de caixa:** Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas com créditos (*impairment).* Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment,* se necessária. **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluído os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques são apresentados líquidos das provisões para perdas, líquido das eliminações de lucros não realizados nos estoques. **2.8 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e centros de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é calculada para amortizar os custos dos itens, líquido dos seus valores residuais estimáveis, utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada do bem, conforme média a seguir:

	Anos
Edificações e benfeitorias	30,7
Máquinas, equipamentos e instalação	26,1
Veículos	9,2
Móveis e utensílios	19,9
Ferramentas e vasilhames	4,3

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas/receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado. **2.9 Intangíveis: a. Marcas registradas, direito de uso de marcas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo valor de aquisição. Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo Intangível e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indeterminada, são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento e fortalecimento de uma marca são reconhecidos como despesa. Companhia detém direitos de uso de marcas, por tempo determinado, que são amortizados em 5,0 anos. **b. Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 05 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **c. Pesquisas e desenvolvimento de produtos:** Os gastos com pesquisas, quando incorridos, são registrados diretamente no resultado. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de 11,7 anos. **2.10 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como as marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados em níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado, e então para redução do valor contábil dos outros ativos de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Cessão de crédito:** Alguns fornecedores e prestadores de serviços têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "cessão de crédito". Entretanto, para a Companhia não há alteração da natureza da transação ou nos fluxos de caixa vinculadas às faturas originalmente emitidas, tão pouco custo financeiro adicional. **2.13 Empréstimos, financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas a instituições financeiras, a título de custo de captação, são diferidas até que ocorra a efetiva operação. Quando houver probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14 Provisões e demais passivos, exceto empréstimos e financiamentos:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. **2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e demais tributos a recuperar: a. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou outros resultados abrangentes. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado tributável. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda diferido ativo e passivo se relacionam com o imposto de renda e contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 no período de 12 meses, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **b. Demais tributos a recuperar:** São representados por PIS, COFINS, IPI e ICMS a recuperar. Os ativos são constituídos quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, ou ainda quando existe o direito de ressarcimento junto às autoridades fiscais. **2.16 Benefícios a empregados: a. Remuneração com base em ações:** O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no patrimônio líquido (valor nominal), ou alienação de ações em tesouraria quando as opções são exercidas. **b. Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em critérios que também considera o lucro atribuível aos seus acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. **c. Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos. **2.18 Reconhecimento da receita de venda de produtos e mercadorias:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções. A Companhia reconhece a receita quando o valor da mesma pode ser mensurado com segurança, seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos e mercadorias, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos ou outro fator que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. **2.19 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor divergente do mínimo obrigatório somente é contabilizado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Esses dividendos não poderão exceder os valores contabilizados nas contas de reserva de capital. Qualquer pagamento de dividendos será compensado com o valor das distribuições obrigatórias referentes ao exercício no qual os dividendos tenham sido pagos. **2.20 Arrendamentos:** No início de cada contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2)/IFRS 16. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais e estimativa dos custos de restauração. O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certa de que exercerá uma opção de compra o ativo do direito de uso é amortizado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Abaixo a média do prazo de amortização do ativo de direito de uso:

	Anos
Edificações	10,6
Veículos	5,0
Equipamentos	3,0

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **a. Vida útil das marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propaganda e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo: **b. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 15). **c. Perda (*impairment*) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas *(impairment*) nas contas de ágio, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 25), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 15 e 16). **d. Contingências passivas:** A nota 23 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas. **e. Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Não há qualquer impacto ou repercussão fiscal no texto. A questão trata, apenas, da recuperabilidade dos impostos diferidos e não da sua qualidade. **4 Gestão do risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos. **b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2023			2022		
	US$ mil	EUR mil	R$ mil	US$ mil	EUR mil	R$ mil
Passivo						
Fornecedores	3.292	–	15.980	11.578	–	61.125
Cessão de crédito	31.050	–	150.719	89.548	–	472.776
Instrumentos derivativos que mitigam riscos (*)	(49.194)	(137)	(239.520)	(145.513)	–	(768.247)
Exposição líquida	(14.852)	(137)	(72.821)	(44.387)	–	(234.346)

(*) valores nocionais. **c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indexadores em seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2023	2022
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(85.866)	(190.155)
Exposição líquida	(85.866)	(190.155)

d. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de *rating* descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros). **e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

2023	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	127	10	–	–	137
Fornecedores	315.520	–	–	–	315.520
Cessão de crédito	374.728	–	–	–	374.728
Outros passivos	104.480	31.862	–	–	136.342
Instrumentos financeiros derivativos	(17.095)	1	–	–	(17.094)
Exposição líquida	777.760	31.873	–	–	809.633

2022	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total geral
Empréstimos e financiamentos	4.914	137	–	–	5.051
Fornecedores	336.202	–	–	–	336.202
Cessão de crédito	720.508	–	–	–	720.508
Outros passivos	94.743	9.430	–	–	104.173
Instrumentos financeiros derivativos	2.070	–	–	–	2.070
Exposição líquida	1.158.437	9.567	–	–	1.168.004

f. Derivativos: No ano de 2023 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativos às rubricas de empréstimos e financiamentos e fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade na letra (b) a seguir). Em 31 de dezembro de 2023, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R$ 239.520 (Em 31 de dezembro de 2022 - R$ 768.247). Os resultados das operações ainda não liquidadas representaram perdas no valor de R$ 13.870 (Em 31 de dezembro de 2022 ganhos de R$ 296). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, essas operações podem ser resumidas conforme tabela a seguir:

Tipo *(em R$ milhares)*	Contrapartes	Valor de referência (nocional) dez/23	dez/22	Valor justo a receber (a pagar)/receber dez/23	dez/22	Ganhos /perdas realizadas dez/23	dez/22
Moeda estrangeira							
Contratos a termo		**239.520**	**768.247**	**(13.870)**	**296**	**(72.074)**	**(39.866)**
Posição comprada	Daycoval, Bradesco, Citi, Itaú, BofA, Morgan Staley, Original, Safra, Santander, BNP	267.513	768.247	(14.112)	296	(75.768)	(48.311)
Posição vendida	BofA, Bradesco	(27.993)	–	242	–	3.694	8.445
Total		**239.520**	**768.247**	**(13.870)**	**296**	**(72.074)**	**(39.866)**

g. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos: Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela B3. **h. Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I, de cerca de 4,43% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Risco **(em R$ milhares)**	Cenário I Apreciação	Depreciação	Cenário II 25% de oscilação Apreciação	Depreciação	Cenário III 50% de oscilação Apreciação	Depreciação
Cotação do dólar	4,576	5,132	3,641	6,068	2,427	7,281
Moeda estrangeira						
Hedge econômico	**(13.491)**	**13.491**	**(58.910)**	**58.910**	**(117.820)**	**117.820**
Contratos a termo	(13.491)	13.491	(58.910)	58.910	(117.820)	117.820
Objeto do hedge econômico	**13.709**	**(13.709)**	**59.863**	**(59.863)**	**119.726**	**(119.726)**
Fornecedores e cessão de créditos em moeda estrangeira	13.709	(13.709)	59.863	(59.863)	119.726	(119.726)
Efeito líquido	**218**	**(218)**	**953**	**(953)**	**1.906**	**(1.906)**

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todos as demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos financiamentos e aplicações financeiras projetados para o primeiro trimestre de 2024.

Cenários de Variação	Cenário provável	Variação de 25%	Variação de 50%
Aplicações financeiras	254	(2.501)	(5.002)
Total do efeito perda (ganho)	**254**	**(2.501)**	**(5.002)**

Premissas cenário provável: CDI previsto 11,32% a.a. **7 Contabilidade de cobertura (Hedge *Accounting*):** A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do *hedge,* a Companhia possui como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Para as operações que são designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de *hedge.* A Companhia faz as avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de eficácia determinada pela administração. ***Hedges* de fluxos de caixa:** A Companhia adota o hedge de fluxo de caixa para a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

continua→★

→ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					2023
Operação	**Indexação**	**Tipo de *hedge***	**Valor principal**	**Saldo ativo/(passivo)**	**Ganho no resultado abrangente**
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	32.331	(32.331)	–
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	32.331	(12.518)	447
NDF Compras	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	17.000	(1.352)	(1.352)

					2022
Operação	**Indexação**	**Tipo de *hedge***	**Valor principal**	**Saldo ativo/(passivo)**	**Ganho no resultado abrangente**
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	466.999	(466.999)	–
NDF	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	466.999	(5.667)	2.600
NDF Compras	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	300.937	5.964	5.964

As operações de Hedges de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de Hedge 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 5,3056 e BRL/EUR 4,7833 para NDFs de Fornecedores; BRL/USD 4,9552 para NDFs de Compras Futuras. O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente e ajuste de hedge *accounting* diferido no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício.

8 Empréstimos, financiamentos:

	Taxa nominal	2023	2022
Financiamento em moeda local			
FCO (i)	Prefixada de 8,5% a.a.	–	4.053
Financiamento	Prefixada de 6% a.a.	134	874
		134	4.927
Circulante		124	4.801
Não circulante		10	126

(i) Contratos com cláusulas restritivas quanto à alienação, cisão, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária as quais se ocorrerem devem ser previamente autorizadas pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos, sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2023 as cláusulas restritivas foram atendidas. Os montantes a longo prazo dos empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2025	10
	10

a. Garantia dos empréstimos e financiamentos:

	2023
Imobilizado (valor líquido) penhorado	134
	134

b. Os valores contábeis e a estimativa de valor justo: Os valores contábeis e a estimativa dos valores justos dos empréstimos e financiamentos são os seguintes:

		Valor Contábil		Valor Justo	
	Taxa nominal	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Financiamentos em moeda local					
FCO	Prefixada 8,5% a.a.	–	4.053	–	4.053
Financiamentos	Prefixada de 6% a.a.	134	874	130	810
		134	4.927	130	4.863

c. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Passivos					Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP		Patrimônio Líquido	
	Empréstimos, financiamentos	**Tributos a Recolher**	**Partes Relacionadas**	**Dividendos a pagar**	**Outros Passivos**	**Instrumentos financeiros derivativos ativos**	**Instrumentos financeiros derivativos passivos**	**Patrimônio Líquido**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2023	**4.927**	**36.477**	**5.195**	**54.115**	**129.920**	**(8.066)**	**7.770**	**3.680.663**	**3.911.001**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento									
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	–	735.986	735.986
Pagamento de empréstimos - principal	(4.765)	–	–	–	(7.852)	–	–	–	(12.617)
Pagamento de empréstimos - juros	(153)	–	–	–	(3.019)	–	–	–	(3.172)
Dividendos pagos	–	–	–	(45.401)	–	–	–	–	(45.401)
Mútuos passivos	–	–	(2.150)	–	–	–	–	–	(2.150)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(4.918)**	**–**	**(2.150)**	**(45.401)**	**(10.871)**	**–**	**–**	**735.986**	**672.646**
Outras variações									
Baixa	–	–	–	–	(2.847)	–	–	–	(2.847)
Adições	–	–	–	–	16.847	–	–	–	16.847
Arrendamentos Mercantis					24.764				24.764
Tributos a recolher	–	13.849	–	–	–	–	–	–	13.849
Juros apropriados	125	–	–	–	–	–	–	–	125
Stock option/matching	–	–	–	–	–	–	–	3.651	3.651
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	–	136.202	136.202
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	23.094	–	–	–	(162.345)	(139.251)
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	16.436	16.436
Constituição de reserva para orçamento de capital	–	–	–	–	–	–	–	95.426	95.426
Constituição da reserva de incentivos fiscais	–	–	–	–	–	–	–	219.916	219.916
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	(13.320)	(13.320)
Outros Passivos	–	–	–	–	(20.163)	–	–	–	(20.163)
AVJ - Hedge Fornecedores	–	–	–	–	–	26.686	(27.139)	–	(453)
Hedge fornecedores - Juros pagos	–	–	–	–	–	(18.906)	33.525	–	14.619
Total das outras variações relacionadas com passivos	**125**	**13.849**	**–**	**23.094**	**18.601**	**7.780**	**6.386**	**295.966**	**365.801**
Em 31 de dezembro de 2023	**134**	**50.326**	**3.045**	**31.808**	**137.650**	**(286)**	**14.156**	**4.712.615**	**4.949.448**

	Passivos					Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP		Patrimônio Líquido	
	Empréstimos, financiamentos	**Tributos a Recolher**	**Partes Relacionadas**	**Dividendos a pagar**	**Outros Passivos**	**Instrumentos financeiros derivativos ativos**	**Instrumentos financeiros derivativos passivos**	**Patrimônio Líquido**	**Total**
Em 1º de janeiro de 2022	**13.436**	**41.054**	**7.055**	**7.662**	**113.393**	**(6.407)**	**18.866**	**2.973.796**	**3.168.855**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento									
Integralização de capital	–	–	–	–	–	–	–	535.763	535.763
Pagamento de empréstimos - principal	(8.490)	–	–	–	(3.376)	–	–	–	(11.866)
Pagamento de empréstimos - juros	(1.944)	–	–	–	(1.458)	–	–	–	(3.402)
Dividendos pagos	–	–	–	(6.446)		–	–	–	(6.446)
Mútuos passivos	–	–	(1.860)	–	–	–	–	–	(1.860)
Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento	**(10.434)**	**–**	**(1.860)**	**(6.446)**	**(4.834)**	**–**	**–**	**535.763**	**512.189**
Outras variações									
Baixa	–	–	–	–	(283)	–	–	–	(283)
Adições	–	–	–	–	6.104	–	–	–	6.104
Tributos a recolher	–	(4.577)	–	–	–	–	–	–	(4.577)
Juros apropriados	1.925	–		–	1.470	–	128	–	3.523
Stock option/matching	–	–	–	–	–	–	–	3.148	3.148
Remensuração	–	–	–	–	1.492		–	–	1.492
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	52.899	–	–	–	(54.115)	(1.216)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	–	–	–	(22.985)	(22.985)
Aumento de capital	–	–	–	–	–	–	–	19.340	19.340
Constituição da reserva de incentivos fiscais								4.860	4.860
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	–	–	230.437	230.437
Ajustes de Avaliação Patrimonial	–	–	–	–	–	–	–	(9.581)	(9.581)
Demais contas a pagar	–	–	–	–	12.578	–	–	–	12.578
AVJ - Hedge Empréstimos	–	–	–	–	–	–	(121)	–	(121)
AVJ - Hedge Fornecedores	–	–	–	–	–	38.590	(38.499)	–	91
Hedge fornecedores - Juros pagos	–	–	–	–	–	(40.249)	27.396	–	(12.853)
Total das outras variações relacionadas com passivos	**1.925**	**(4.577)**	**–**	**52.899**	**21.361**	**(1.659)**	**(11.096)**	**171.104**	**229.957**
Em 31 de dezembro de 2022	**4.927**	**36.477**	**5.195**	**54.115**	**129.920**	**(8.066)**	**7.770**	**3.680.663**	**3.911.001**

9 Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos: Os principais saldos de ativos e passivos assim como as transações entre partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com a Companhia e demais empresas do Grupo Hypera, as quais a Administração considera que foram realizadas em condições e prazo usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Os mútuos com as partes relacionadas são corrigidos pela variação do CDI mais spread. Nas relações comerciais com partes relacionadas os preços são estabelecidos considerando as características e naturezas das referidas transações. As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas, contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos e captação de recursos entre as companhias do Grupo estão demonstradas a seguir: **Nos ativos e passivos:**

2023	Clientes	Outros valores a receber (*)	Indenização de Acionistas	Outros passivos	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Hypera S.A.	642.872	–	–	–	(6.464))	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	319	–	–	–	–
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	–	(179)	
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	–	(42)	–	–
	642.872	319	–	(42)	(6.643)	–

2022	Clientes	Outros valores a receber	Indenização de Acionistas	Outros passivos	Outros valores a pagar	Mútuos a pagar
Hypera S.A.	639.351	–	–	–	(5.634)	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	440	–	–	–	–
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	38	–	–	–	–
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	–	(20)	–	–
João Alves de Queiroz Filho	–	–	1.875	–	–	–
	639.351	478	1.875	(20)	(5.634)	–

No resultado do exercício

2023	Vendas de mercadoria /produto (*)	Compras de mercadorias/ produtos	Receita de Aluguéis	Serviços Prestados	Amortização de arrendamento	Despesas Financeiras	Receitas financeiras
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	(106)	(134)	(18)	–
Hypera S.A.	3.401.794	–	2.340	–	–	(94)	–
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	–	(14.982)	–	–	–	–	–
Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.	–	–	–	–	–	–	
Megatelecom Telecomunicações S.A.		–		(120)		–	–
João Alves de Queiroz Filho	–	–	–	–	–	–	167
	3.401.794	(14.982)	2.340	(226)	(134)	(112)	167

2022	Vendas de mercadorias/ produto (*)	Compras de mercadorias/ produtos	Receita de Aluguéis	Serviços Prestados	Amortização de arrendamento	Despesas Financeiras	Receitas financeiras
Neolatina Comércio e Indústria Farmacêutica Ltda.	–	–	–	–	(137)	(25)	–
Hypera S.A.	3.138.036	–	2.340	–	–	–	–
Bio Scientific Indústria de Cosméticos Ltda.	–	(3.845)	–	–	–	–	–
Megatelecom Telecomunicações S.A.	–	–	–	(121)	–	–	–
João Alves de Queiroz Filho	–	–	–	–	–	–	235
	3.138.036	(3.845)	2.340	(121)	(137)	(25)	235

(*) Refere-se às vendas brutas. A receita de mercadorias/produtos líquida das deduções de venda em 2023 é de R$ 3.060.705 (31 de dezembro de 2021 - R$ 2.866.573). **10 Outros assuntos: Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas:** A Companhia mantém as plantas fabris em locais controlados e industriais. Dentre os principais riscos monitorados nestas plantas estão o manuseio de produtos e geração de resíduos perigosos, o consumo de água e a geração de efluentes e a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). Pela avaliação da Companhia, não há impactos contábeis relacionados à questões climáticas. **Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Juliane Dias Piotto Juabre – Diretora

Rafael Vito Batista – Diretor

Adilson Benjamim de Lima – Contador - CRC 1SP 221851/O-4

Relatório resumido do parecer dos auditores independentes

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente nos endereços indicados no parágrafo abaixo O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 05 de abril de 2024 pela **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.**

Esta é uma versão resumida das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao ano de 2023 e não deve ser tomada isoladamente para análises sobre sua situação patrimonial ou financeira. A íntegra do material pode ser acessada nos sites da Companhia (www.brainfarma.ind.br) e do Diário da Manhã (www.dm.com.br).

Mostra lança novo olhar à Cidade de Goiás

Com entrada gratuita e com acessibilidade, a mostra estará aberta na Sala de Vidro do Centro Cultural UFG, em Goiânia

Redação

A exposição fotográfica "A Margem é o Caminho do Expurgo" entra em cartaz na próxima segunda-feira, 6, na Cidade de Goiás. De autoria do artista Júlio Abreu, a série com mais de trinta fotografias em preto e branco da cidade de Goiás que materializa certa subjetividade dos anos que morou e estudou na antiga capital goiana.

Com entrada gratuita e com acessibilidade, a mostra estará aberta na Sala de Vidro do Centro Cultural UFG, em Goiânia, de terça a sexta-feira, das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas. Júlio encontrou a fotografia não só como ferramenta de expressão, mas também fonte de trabalho, inevitavelmente se conectando com diversas outras formas de arte.

Na Cidade de Goiás, em formação no curso de Cinema e Audiovisual, teve a oportunidade de ampliar todo tipo de experimentação, não só fotografando, mas escrevendo e produzindo trabalhos em novos formatos, ficcionais e documentais. Hoje, em Goiânia, muito mais próximo do 'fazer' de um produtor cultural, à frente da Nativo Filmes, o artista segue desenvolvendo projetos audiovisuais, sempre com a essência do olhar fotográfico.

Júlio documentou a paisagem histórica da cidade com ares bucólicos, em um cenário imaculado, presa entre um tempo que foi e um tempo que está por vir. Para além do retrato meramente estético da paisagem colonial, há o desejo de conectar o cenário com uma nova narrativa, baseada nas vivências pessoais do artista, mas também com a percepção de uma experiência coletiva em um lugar que tem o presente com marcas tão evidentes do passado.

"Eu que sempre usei a fotografia como ganha pão, fotografando eventos e desenvolvendo um trabalho como retratista, me vi na necessidade de expurgar demônios próprios naquele momento, lidando com diversas angústias sobre meu próprio futuro, mas para além disso, havia o desejo de construir um projeto sobre a cidade de Goiás, que me fascinou desde a primeira vez que pisei por lá, já de mudança para fazer um curso superior", diz Júlio César.

A série de registros foi realizada entre os anos de 2017 e 2018, durante períodos de verão chuvoso na cidade, sempre na fração de alguns minutos antes do nascer do sol e antes das luzes dos postes coloniais se apagarem, muitas vezes com o chão ainda molhado pela passagem da chuva ou mesmo pelo orvalho da madrugada.

O resultado imprimiu nas lentes lugar onírico, inabitado, de luzes noturnas acesas, mas também de céu. Algo que o artista, aficionado por estudos narrativos, associa a um enredo da mitologia grega, onde às margens do Rio Estige passava o barqueiro Caronte, responsável por transportar as almas entre o mundo dos vivos e dos mortos.

'A Margem é o Caminho do Expurgo'
CCUFG, Avenida Universitária 1533, Leste Universitário
Terça à sexta-feira
Das 9 às 12hs e 14 às 17h
Entrada franca

JÚLIO ABREU/ DIVULGAÇÃO



Júlio teve a oportunidade de ampliar todo tipo de experimentação

29ª Agrishow começa com expectativas otimistas

Principal feira de tecnologia agrícola da América Latina vai até 3 de maio. O presidente da Agrishow, João Marchesan, expressou otimismo em relação ao evento

REDAÇÃO

Com um espaço imersivo de 520 mil metros quadrados, os visitantes terão a oportunidade de explorar as últimas inovações em tecnologia, inovação e tendências para o agro

Com um espaço imersivo de 520 mil metros quadrados, os visitantes terão a oportunidade de explorar as últimas inovações em tecnologia, inovação e tendências para o agro - Foto: Agrishow

A partir desta segunda-feira, dia 29 de abril, até 3 de maio, mais de 800 marcas nacionais e internacionais estarão reunidas nesta que é considerada a principal feira de tecnologia agrícola da América Latina. Com um espaço imersivo de 520 mil metros quadrados, os visitantes terão a oportunidade de explorar as últimas inovações em tecnologia, inovação e tendências para o agronegócio.

O presidente da Agrishow, João Marchesan, expressa otimismo em relação ao evento deste ano, destacando que a indústria brasileira de máquinas agrícolas está preparada para atender às demandas do país. Com base nos números impressionantes do ano anterior, onde os negócios iniciados entre expositores e visitantes totalizaram R$ 13,290 bilhões, espera-se que a edição de 2024 mantenha um volume semelhante.

O impacto econômico também se estende além das transações na feira. Estima-se que a movimentação de mais de R$ 500 milhões na economia local e regional, incluindo gastos em transporte, hospedagem, alimentação e outras atividades, será impulsionada pela Agrishow. Além disso, aproximadamente 7 mil trabalhadores participarão do evento, demonstrando seu papel vital na criação de empregos e no estímulo à economia da região.

Para garantir uma experiência mais confortável e eficiente aos visitantes e expositores, a organização da Agrishow investiu em melhorias na infraestrutura do evento. Ampliação das áreas de alimentação, banheiros e pontos de hidratação estão entre as iniciativas para proporcionar mais conforto aos participantes.



AGRISHOW 2024: mais de 800 marcas nacionais e internacionais estarão reunidas na principal feira de tecnologia agrícola da América Latina — Foto: Reprodução.

Mobilidade e acesso simplificado

O acesso ao evento foi simplificado com a ampliação das vias internas, áreas de estacionamento e a criação de novas saídas para otimizar o fluxo de visitantes. A venda antecipada de tickets de estacionamento, disponível desde janeiro no site oficial da Agrishow, visa agilizar o processo de entrada. Além disso, pontos alternativos de estacionamento foram estabelecidos em locais estratégicos da cidade, oferecendo translado gratuito até a feira.

Ingressos e programação

Os ingressos para a Agrishow 2024 estão disponíveis para compra no site oficial do evento. O segundo lote de ingressos, com valor de R$ 70,00 por dia, está à venda desde 27 de fevereiro. Uma novidade deste ano é a necessidade de selecionar o dia da visita no ato da compra. Os visitantes que optarem por comprar na bilheteria durante o evento pagarão R$ 120,00 por dia.

Rotas alternativas e logística de tráfego

Para garantir a fluidez do tráfego durante a Agrishow, medidas estratégicas estão sendo implementadas ao longo do Anel Viário Sul, incluindo intensificação dos recursos operacionais e sinalização reforçada. Dispositivos de acesso e retorno serão temporariamente interditados conforme necessário para manter a fluidez do tráfego, com rotas alternativas indicadas nos horários de pico.

Expectativas e inovações

Com uma vasta gama de expositores nacionais e internacionais, a Agrishow 2024 promete apresentar soluções inovadoras que vão desde tratores e máquinas agrícolas até softwares e serviços financeiros. A presença de empresas de países como Itália, Espanha, Alemanha, Colômbia, Holanda, China e Hong Kong destaca a relevância global do evento.

Reforma Tributária prevê imposto reduzido para algumas profissões liberais do agro


Reforma Tributária prevê imposto reduzido para algumas profissões liberais do agro — Foto: Reprodução.

Atividades recolherão 30% a menos de imposto sobre prestação de serviços

REDAÇÃO

O projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária prevê que um total de 18 tipos de profissionais liberais recolherão 30% a menos de impostos.

A lista inclui atividades relacionadas ao agro, como agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas e técnicos agrícolas.

Veja a lista das 18 profissões liberais que recolherão 30% a menos de imposto:

- administradores;
- advogados;
- arquitetos e urbanistas;
- assistentes sociais;
- bibliotecários;
- biólogos;
- contabilistas;
- economistas;
- economistas domésticos;
- profissionais de educação física;
- engenheiros e agrônomos;
- estatísticos;
- médicos veterinários e zootecnistas;
- museólogos;
- químicos;
- profissionais de relações públicas;
- técnicos industriais;
- técnicos agrícolas.
- Como vai funcionar?

Os serviços nessas atividades pagarão menos tributo tanto se for prestado por pessoas físicas como por pessoas jurídicas. No caso de empresas, no entanto, a regulamentação estabeleceu regras para usufruir o benefício.

Saiba mais

FPA defende equidade de combustíveis e setor energético na Reforma Tributária

Em relação aos serviços de pessoas jurídicas, o escritório ou a empresa que contratou o profissional liberal não poderá ter como sócio outra pessoa jurídica ou que preste serviços fora da lista das 18 atividades.

Os sócios deverão realizar a atividade fim, o que beneficia escritórios de advocacia, uma das principais categorias a defender a desoneração para os profissionais liberais no ano passado.

Esses profissionais recolherão 30% a menos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, tributo federal sobre o consumo) como do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, imposto estadual e municipal).

Pressão

A alíquota reduzida para profissionais liberais foi incluída na reforma tributária durante a tramitação no Senado, por meio de pressões principalmente de entidades de advogados.

O benefício foi mantido na segunda votação na Câmara, para não provocar atrasos na aprovação da emenda constitucional no fim do ano passado.

Embora valha para a prestação de serviços por pessoas físicas, a redução do imposto sobre o consumo beneficiará principalmente as empresas, os escritórios e as clínicas que faturam mais de R$ 4,8 milhões por ano.

Isso porque a maior parte dos profissionais autônomos, que ganham abaixo desse valor, está incluída no Simples Nacional, regime diferenciado para micro e pequenas empresas com alíquotas menores.

Moratória da soja: Câmara entra em cena por consenso entre produtores e indústria

Medida prejudica cadeia produtiva de soja e de gado no MT, diz deputada

REDAÇÃO



Câmara dos Deputados entra em cena por consenso entre produtores e indústria — Foto: Reprodução.

A moratória da soja foi tema de audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputado, ontem (dia 25). Visando encontrar solução de consenso entre representantes dos produtores rurais e da indústria de óleos vegetais, a deputada Coronel Fernanda sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT).

O encontro do GT está marcado para o dia 10 de maio na sede da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) em Cuiabá, Mato Grosso.

De acordo com a deputada, o acordo feito pela indústria de óleos vegetais em 2006 com o Grupo Europeu de Consumidores de Soja está prejudicando a cadeia produtiva de soja e de gado em Mato Grosso, mesmo para aqueles que estão cumprindo as determinações do Código Florestal no que diz respeito à preservação da vegetação nativa.

A parlamentar ressaltou que, embora o princípio da Moratória busque proteger a floresta, acaba por estagnar o desenvolvimento dos municípios, gerando divisões no campo econômico e aumentando a desigualdade social e regional.

"Essa medida ameaça o direito à propriedade e o progresso econômico do país, e afeta diretamente a vida da população dos municípios e dos produtores rurais," disse ela.

Repercussão

O diretor-geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes, lembrou que a moratória da soja surgiu em 2006 após pressões da Europa para conter o desmatamento na Amazônia.

Ele teme que eventuais mudanças tenham impacto negativo na credibilidade internacional dos produtores brasileiros e nos preços dos grãos.

"Foi um esforço de guerra e eu acho que hoje é uma conquista excepcional mais da produção do que nossa (exportadores). Meu único medo é que qualquer providência que a gente for tomar, o preço vai ser um tanto menor", disse.

"Aberração"

Já a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e a Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) se referem à moratória como "aberração" por ser ainda mais restritiva do que o Novo Código Florestal, em vigor desde 2012.

O presidente da Aprosoja no Mato Grosso, Lucas Beber, quer a extinção da moratória e ameaça denunciá-la no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

"Porque ela provoca concorrência desleal e viola a soberania nacional e o direito ao uso da terra por parte dos nossos produtores".

Assessor jurídico da Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Armando Candia também se refere à "moratória da carne", já que frigoríficos tiveram que se submeter a termos de ajustes de conduta.

"Todos os nossos produtores abriram áreas legalmente após 2008. Isso é fato. Mesmo assim, foram arremessados para a ilegalidade de forma unilateral. É uma verdadeira barreira comercial, em que acordo se sobrepõe à legislação de um país", reclamou.

O que é a moratória?

Iniciativa da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), a medida impede a venda de soja e carne de produtores mato-grossenses que legalmente abriram novas áreas de terra a partir de 2008.

A medida visa combater o desmatamento associado à produção de soja na Amazônia. Por meio de um sistema de monitoramento via satélite, as propriedades que desrespeitarem as regras estabelecidas pela moratória são colocadas em uma lista, impedindo a comercialização de seus produtos.

Atualmente, União Europeia, Inglaterra, Tailândia, Indonésia, Vietnã, Israel e China exigem garantias de que a produção de soja não saia de áreas desmatadas da Amazônia após julho de 2008. Os certificados são emitidos pela Anec e Abiove.

"Ativo da soja"

O presidente da Abiove, André Nassar, lembrou que a Amazônia tem 64 milhões de hectares de pastagens e de vegetação secundária que não são consideradas áreas desmatadas e, portanto, passíveis de utilização pelos produtores de soja.

"A gente considera a moratória um ativo da soja: protegeu a grande maioria dos produtores que plantaram em áreas abertas antes de 2008 e é perfeitamente possível expandir em área aberta", argumentou.

A gestão da moratória é feita por um grupo (GTS) integrado pelas duas associações, por órgãos do governo federal e ONGs socioambientais. Nassar admitiu que é uma falha a ausência de representantes dos produtores rurais nessa gestão.

"ONG não produz nem cria emprego e eu acho que os produtores têm que ser representados. E esse grupo (GTS) tem que trabalhar a questão do desmatamento legal. Quanto ao desmatamento ilegal, podem contar conosco: as instituições do agro querem realmente punir quem faz esse tipo de crime ambiental".

A deputada também defende a participação de representantes dos municípios e da Frente Parlamentar da Agropecuária na gestão da moratória da soja, além de auditoria externa no processo de certificação.

Tecnologia como aliada

O presidente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) , André Dobashi, defendeu o uso da tecnologia na produção agrícola, principalmente no monitoramento via satélite para verificar a saúde das lavouras e auxiliar no cumprimento da legislação ambiental.

"É importante lembrar que essa mesma tecnologia não pode interferir na produção e desconsiderar o nosso Código Florestal. Precisamos diferenciar desmatamento legal e ilegal".

André também falou sobre a importância de ter coesão e sintonia em toda a cadeia produtiva, prezando pelo respeito entre comprador e produtor.

"Ao considerar adicionalidades na compra dos grãos, as empresas deveriam remunerar o produtor pelos serviços ambientais. O respeito e a conciliação de todo setor é o que vai fazer o Brasil se manter como grande produtor e exportador de soja no mundo".


Deputada Coronel Fernanda conduz debate sobre moratória da soja na Comissão de Agricultura — Foto: Reprodução.

Agrodefesa orienta produtores a respeito de decisão judicial sobre o uso do agrotóxico tiametoxam

Justiça revogou comunicado do Ibama de fevereiro que restringia a comercialização e uso de produtos à base do ingrediente ativo

REDAÇÃO

A Agência Goiana de Defesa Agropecuária (Agrodefesa), órgão do Governo de Goiás, informa os produtores rurais goianos que, após decisão judicial, estão suspensas as restrições de comercialização e de proibição, suspensão ou restrição de uso, produção ou importação de produtos agrotóxicos à base do ingrediente ativo tiametoxam. A decisão foi proferida, no dia 22 de abril, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em harmonia com a manifestação técnica e jurídica do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

A partir desta data, os produtos à base de tiametoxam voltam a poder ser comercializados e recomendados para uso, de acordo com as indicações constantes nas bulas dos produtos anteriores ao Comunicado do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), publicado em fevereiro, que restringia o produto.

"Essa nova decisão é muito importante e de interesse dos revendedores, produtores, profissionais e a sociedade de modo geral, alertando o Responsável Técnico quanto ao uso correto e seguro desse produto, de modo a favorecer a sanidade da produção agrícola, a segurança alimentar e a proteção do meio ambiente", explica a gerente de Sanidade Vegetal da Agrodefesa, Daniela Rézio.

Justificativa

De acordo com a decisão judicial, para a suspensão é necessário o cumprimento do que prevê a Lei 14.785/2023, conhecida como nova Lei dos Agrotóxicos, que aponta o Ministério, na qualidade de órgão registrante, como a autoridade com competência para adotar as providências oriundas de um processo de reavaliação. Ainda de acordo com a decisão judicial, segundo a mesma Lei, para restringir usos de um produto já registrado, é necessário que o Ministério estabeleça um plano fitossanitário de substituição do produto, com vistas ao controle de alvos biológicos que porventura possam ficar sem alternativas para manejo integrado de pragas, o que não ocorreu neste caso.

Com a nova decisão, distribuidores, cooperativas e revendas estão novamente autorizados a comercializar produtos à base de tiametoxam, seguindo as recomendações da receita agronômica e os agricultores brasileiros poderão, quando indicado pelo responsável técnico, continuar a utilizar os produtos formulados com o princípio ativo tiametoxan, observando as recomendações de rótulo e bula.

"É importante destacar que a emissão obrigatória do receituário agronômico é de fundamental importância para o controle do uso correto e seguro dos agrotóxicos, bem como para a fiscalização do cumprimento das recomendações de rótulo e bula, em prol da segurança alimentar e ambiental", reforça o coordenador de Programas de Insumos Agrícolas da Gerência de Sanidade Vegetal da Agrodefesa, Márcio Antonio de Oliveira e Silva. "Mesmo com a liberação do uso desse princípio ativo, é preciso enfatizar que o produtor deve realizar a aplicação seguindo o recomendado por seu RT, devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás, Crea-GO. Isso evita o risco de uma superdosagem que pode ser prejudicial não só aos insetos polinizadores, quanto à própria produção e à sociedade. A Agrodefesa busca sempre orientar sobre essas boas práticas para manter a produção de forma segura e saudável", acrescenta o coordenador de Agrotóxicos e Bioinsumos da Gerência de Sanidade Vegetal da Agrodefesa, Rodrigo Baiocchi.



Agrodefesa orienta sobre uso do agrotóxico tiametoxam - Foto: Wenderson Araújo/CNA

Soja fecha abril com as maiores médias de 2024; valorização externa sustenta cotações

Colheita da oleaginosa no Brasil se aproxima da reta final; Conab estima que 86,8% da área cultivada havia sido colhida até 21 de abril

REDAÇÃO

Levantamentos do Cepea mostram que os preços da soja estão mais firmes no mercado brasileiro, sustentados pela valorização externa.

As médias de abril (até o dia 25) dos Indicadores ESALQ/BM&FBovespa – Paranaguá e CEPEA/ESALQ – Paraná estão, respectivamente, 2,2% e 2,9% acima das de março e já são as maiores desde janeiro/24 – naquele período, preocupações com o clima sobre as lavouras da América do Sul impulsionavam os valores internos.

Em relação à colheita de soja no Brasil, acompanhamento do Cepea aponta que as atividades se aproximam da reta final.

Segundo a Conab, 86,8% da área cultivada havia sido colhida até o dia 21 de abril, aumento semanal de 3,6 p.p., mas abaixo dos 89% há um ano.

Esse menor ritmo dos trabalhos de campo se deve a precipitações no Sul do país e em parte do Nordeste, ainda conforme analisam pesquisadores do Cepea.

Colheita no Brasil

Em relação à colheita da safra atual da soja no Brasil, o Cepea aponta em seu relatório que as operações entraram em sua parte final.

De acordo com dados da Conab, 86,8% da área cultivada foi colhida até o dia 21 de abril, com um crescimento semanal de 3,6 p.p. Este valor segue abaixo da área colhida no ano passado neste mesmo período, que era de 89%.

Este ritmo mais lento dos trabalhos na lavoura foi causado pelo clima. O excesso de chuvas no Sul do país e em boa parte do Nordeste atrapalharam as operações durante várias semanas seguidas, ainda segundo os especialistas do Cepea.

Além disso, a previsão de novas chuvas e tempestades no Sul do Brasil nesta semana pode novamente atrasar a colheita da soja e impulsionar mais uma vez a cotação da soja, visto que a oferta vai, novamente, diminuir.

Investimentos do setor de patentes impulsionam agro

REDAÇÃO

Um marco significativo no panorama do agronegócio brasileiro foi anunciado esta semana, com a revelação de que quase R$ 10 bilhões serão destinados aos produtores do país em royalties de sementes. Esse impressionante montante é o resultado direto da proteção conferida pelo registro de patentes, um aspecto fundamental que impulsiona a inovação e a competitividade no setor.

Valdomiro Soares, presidente do Grupo Marpa, destacou a magnitude desse acontecimento, enfatizando a importância que o registro de patentes tem para o agronegócio. "O desenvolvimento de tecnologias para o agronegócio é crucial para a evolução contínua do setor. Portanto, é essencial proteger essas criações e garantir que os desenvolvedores recebam o retorno financeiro adequado quando suas tecnologias são utilizadas por terceiros", afirmou Soares.

Além de incentivar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, as patentes desempenham um papel crucial na promoção da competitividade do agronegócio. Elas estimulam o surgimento de soluções mais eficientes e sustentáveis para os desafios enfrentados pelos agricultores brasileiros. "A proteção dos direitos de propriedade intelectual é fundamental. No entanto, é igualmente crucial que esses mecanismos sejam aplicados de forma rápida e eficaz, especialmente em um país como o Brasil, onde o agronegócio desempenha um papel central na economia", concluiu Soares.

Além disso, Valdomiro ressaltou a importância de encontrar um equilíbrio adequado entre a proteção dos direitos de propriedade intelectual e o acesso dos agricultores a tecnologias vitais para impulsionar a produtividade e a competitividade do agronegócio brasileiro. Esse equilíbrio é essencial para garantir que a inovação continue a florescer, enquanto os agricultores têm acesso às ferramentas necessárias para prosperar em um ambiente cada vez mais desafiador.

Nova linha de crédito do BNDES em apoio aos produtores rurais pode alcançar R$ 10 bi em 2024

Medida foi destacada pelo ministro Carlos Fávaro na abertura da Agrishow. A CPR BNDES irá beneficiar micro, pequenos e médios produtores, além de cooperativas de agricultores

REDAÇÃO



BNDES terá nova linha de crédito para ampliar o apoio ao setor agropecuário — Foto: Reprodução.

Neste domingo (28), o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, participou da abertura da 29ª edição da Agrishow, a Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, no município de Ribeirão Preto (SP). Em discurso, destacou a nova linha de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a CPR BNDES, criada para ampliar o apoio ao setor agropecuário. Com a iniciativa, o crédito próprio do BNDES para o agro brasileiro pode chegar a R$ 10 bilhões em 2024.

"O Governo Federal sempre esteve ao lado do nosso agro. A novidade desse ano é esta linha de crédito inovadora, feita com o BNDES, para apoiar os produtores rurais que tiveram dificuldades durante a safra, por questões de preço ou de clima", pontuou Fávaro.

O ministro também afirmou que a nova linha de crédito é uma medida complementar à autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN) para repactuação de dívidas. "É um pedido do presidente Lula, para que todos os produtores que tiveram dificuldade possam prorrogar os seus investimentos. E, agora, temos essa nova linha de crédito, para que possam se recapitalizar ou até mesmo pagar alguma dívida privada. Isso é investir no produtor. É investir na vocação brasileira", reforçou Fávaro.

Com a CPR BNDES, poderão ser realizadas operações com Cédulas de Produto Rural Financeira (CPR-F) ou de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) lastreados em direitos creditórios do agronegócio.

acesso aos títulos será para os micros, os pequenos e os médios produtores rurais e cooperativas de produtores rurais com faturamento de até R$ 300 milhões por ano. Ainda, poderão ser beneficiadas empresas destes portes que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, pecuários, florestais, aquícolas e extrativos.

"A linha pode ser usada para custeio, para investimento, para armazenagem, capital de giro e, inclusive, para quem estiver precisando alongar dívidas já existentes", explicou o diretor Financeiro e de Crédito do BNDES, Alexandre Abreu.

Abreu, completou reforçando que a linha é resultado de um trabalho integrado e que também é mais uma medida para apoiar produtores rurais com alguma dificuldade financeira. "É uma linha construída em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária e com o Ministério da Fazenda. Ela será disponibilizada já a partir de amanhã, aqui na Agrishow. Esperamos que ela possa ser utilizada para fomentar novos negócios e, também, para melhorar a situação financeira de agricultores que tenham porventura sofrido com achatamento de preços e problemas climáticos".

Também foi abordado pelo ministro Fávaro em seu discurso a articulação do Governo Federal para implementar a linha dolarizada pelo BNDES, destinada para quem tem receitas ou contratos em dólar. No total, já foram disponibilizados cerca de R$ 8 bilhões, com taxa de juros de 7,59% ao ano.

Já o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, reforçou o compromisso do governo em realizar um novo Plana Safra ainda maior que o anterior, que foi o maior da história. "Viemos para ouvir as preocupações, anseios e necessidades. Ouvimos e registramos. Vamos trabalhar firme para termos o melhor Plano Safra e poder estimular ainda mais o setor".

Ainda, Alckmin destacou a importância das exportações do agronegócio na economia brasileira e anunciou que em breve uma comitiva interministerial irá viajar para buscar novas oportunidades no comércio internacional.

"Metade da exportação brasileira é agro: soja, café, açúcar, carnes, laranja, suco de laranja, celulose, milho. Já foram abertos 109 novos mercados, em 50 países diferentes. A habilitação de frigoríficos foi recorde e estamos indo para a Arábia Saudita e China para abrir mais mercados para os nossos produtos", declarou o vice-presidente.

Como a CPF BNDS vai funcionar?

O empréstimo será formalizado com a emissão de CPR-F ou CDCA para uma instituição financeira credenciada que repassará os recursos do BNDES ao emissor dos títulos para utilização exclusivamente nas atividades agroindustriais.

O limite do empréstimo para o cliente será de R$ 20 milhões a cada 12 meses, com prazo total de pagamento de até 60 meses, incluindo prazo de carência de até 24 meses. A taxa final será composta pela remuneração básica do BNDES de 1,3% ao ano, remuneração do agente financeiro de até 4,3% ao ano e pelo referencial de custo financeiro (Taxa de Longo Prazo – TLP; Taxa SELIC – TS; Taxa Fixa do BNDES – TFB ou Taxa Fixa BNDES em Dólar – TFBD).

O que é CPR e CDCA?

As Cédulas do Produto Rural Financeiras e Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio são instrumentos importantes de financiamento no setor agropecuário e possuem ampla aceitação no mercado pela simplicidade e menor custo operacional.

Usando essas ferramentas, a CPR BNDES ampliará o acesso ao crédito a pequenos produtores rurais estimulando a atuação de mais agentes financeiros no mercado, aumentando a oferta de crédito ao setor agropecuário.

Agro prevê 2º semestre movimentado na exportação de grãos do Brasil após lucro recorde

REDAÇÃO

As safras de soja e milho do Brasil podem surpreender positivamente, apesar dos problemas climáticos iniciais na temporada 2023/24, e a expectativa é de um segundo semestre movimentado nas exportações de grãos, avaliou o presidente da Cargill no país, Paulo Sousa, em entrevista à Reuters.

Sousa avaliou que as revisões na safra brasileira de soja de agora em diante deverão ser feitas para cima, à medida que os resultados de áreas mais tardias, como Rio Grande do Sul e Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), têm sido positivos.

"Nós não reportamos números de safra, mas a visão nossa é que a safra de soja não é tão pior que a do ano passado, porque tivemos problema no começo, em Mato Grosso, mas Matopiba está tendo uma safra muito boa", disse ele.

"Então há outras regiões que compensam essa quebra que teve em Mato Grosso. Essa é a nossa visão", disse ele.

Pela última estimativa da estatal Conab, a produção em 2023/24 está estimada em 146,52 milhões de toneladas, decréscimo de 5,2% frente ao recorde do ciclo anterior.

No caso do milho segunda safra do Brasil, que responde por cerca de 75% da colheita do cereal no país, a expectativa também é favorável, ainda que abaixo dos patamares históricos.

"A safrinha não é recorde como no ano passado, mas é muito boa, e tem uma expectativa de um segundo semestre de logística cheia, tanto soja quanto milho sendo exportados", afirmou Sousa, evitando fazer projeções de volumes da exportação.

No ano passado, o Brasil exportou mais de 100 milhões de toneladas de soja pela primeira vez, enquanto a de milho superou 50 milhões de toneladas no ano.

